

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
NÍVEL MESTRADO**

RITA CORREA GARRIDO

**A IDEOLOGIA NEOLIBERAL COMO DESAFIO À REPRESENTAÇÃO SINDICAL:
Uma investigação operária junto aos metalúrgicos de
Canoas e Nova Santa Rita / RS**

Porto Alegre

2022

RITA CORREA GARRIDO

**A IDEOLOGIA NEOLIBERAL COMO DESAFIO À REPRESENTAÇÃO SINDICAL:
Uma investigação operária junto aos metalúrgicos de
Canoas e Nova Santa Rita / RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Davide Carbonai.

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Garrido, Rita
A IDEOLOGIA NEOLIBERAL COMO DESAFIO À REPRESENTAÇÃO
SINDICAL: UMA INVESTIGAÇÃO OPERÁRIA JUNTO AOS
METALÚRGICOS DE CANOAS É NOVA SANTA RITA / RS / Rita
Garrido. -- 2022.
88 f.
Orientador: Davide Carbonai.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Representação Sindical. 2. Metalúrgicos. 3.
Enquete Operária. 4. Ideologia Neoliberal. 5.
Sindicalização. I. Carbonai, Davide, orient. II.
Título.

Rita Correa Garrido

**A IDEOLOGIA NEOLIBERAL COMO DESAFIO À REPRESENTAÇÃO SINDICAL:
Uma investigação operária junto aos metalúrgicos de
Canoas e Nova Santa Rita / RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Porto Alegre, 14 de Outubro de 2022.

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Luciana Garcia de Mello

Departamento de Sociologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Jussara Reis Pra

Departamento de Ciência Política

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

João Marcelo Pereira dos Santos

Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUTRS)

Para Cleuza Correa Garrido, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos familiares que formaram apoio fundamental para que fosse possível cursar o mestrado. Em especial minha mãe Cleuza, que mesmo com a distância imposta pela pandemia, esteve diariamente presente, por meio de ligações e palavras de incentivo. Sem dúvida, a ela devo toda a coragem de ter continuado nesta jornada de aprendizado e crescimento.

Alguns amigos também merecem especial agradecimento. Dos companheiros e companheiras da comunicação, ex-colegas do curso de jornalismo, agradeço ao Emerson da Costa, à Sabrina Stieler e à Nicole Cavallin, pelo acolhimento e por serem capazes de ouvir e compartilhar as angústias deste período marcado pelo isolamento.

À colega Alexciane Lima, doutoranda no PPG de Ciência Política da UFRGS, agradeço as oportunidades de diálogo e as indicações de leitura, que auxiliaram na construção desta pesquisa.

Ao Anderson Guerreiro, amigo que durante a pandemia também esteve imerso em seus estudos sobre comunicação e política, agradeço a constante troca de ideias e percepções sobre os nossos temas de pesquisa e sobre toda a realidade que envolve cursar uma pós-graduação conciliada com as jornadas de trabalho.

À Rafaela Amaral, jornalista e companheira de trabalho no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita, meu mais sincero obrigado por inúmeras vezes ter assumido todas as pautas e atividades do dia para que eu pudesse me dedicar à escrita. Também, neste sentido, estendo os agradecimentos ao presidente do Sindicato, Paulo Chitolina, que é um companheiro único, capaz de promover importantes articulações que cada vez mais qualificam todo o debate interno do movimento sindical no Rio Grande do Sul. A ele, agradeço todo apoio despendido à presente investigação e, também a compreensão que teve com minha ausência nos últimos meses para execução deste trabalho.

Por fim, agradeço o meu orientador Davide Carbonai por toda dedicação, sensibilidade e paciência com o meu processo de aprendizagem e escrita. A ele também agradeço as oportunidades de produção acadêmica em parceria, que resultaram em publicações que visam contribuir para as discussões sobre tema do sindicalismo.

Formada em escolas públicas e graduada por meio das políticas de inclusão dos governos Lula e Dilma, me sinto orgulhosa e grata pela oportunidade de dar continuidade à minha formação junto à UFRGS, Universidade que nos últimos anos resiste à precarização do ensino público no Brasil. Em 2019, durante o processo de seleção do curso, eu pedi essa oportunidade, como forma de não sucumbir ao trabalho cotidiano, que se apodera do nosso tempo, condiciona nossas vidas e limita o nosso pensar crítico sobre as transformações sociais. Queria contribuir com minhas experiências e propostas, e assim espero ter feito por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, que oportunizou esta pesquisa.

Dizem as paredes/2

Em Buenos Aires, na ponte da Boca:

Todos prometem e ninguém cumpre. Vote em ninguém.

Em Caracas, em tempos de crise, na entrada de um dos bairros mais pobres:

Bem-vinda, classe média.

Em Bogotá, pertinho da Universidade Nacional:

Deus vive.

Embaixo, com outra letra:

Só por milagre.

E também em Bogotá:

Proletários de todos os países, uni-vos!

Embaixo, com outra letra:

(Último aviso.)

(Eduardo Galeano).

RESUMO

Esta dissertação tem como proposta discutir o tema da representação sindical em meio ao avanço da ideologia neoliberal sobre as relações de trabalho no Brasil. Considerando o rebaixamento e a retirada dos direitos trabalhistas, principalmente a partir de reformas e medidas de flexibilização da legislação, se busca investigar o perfil dos trabalhadores inseridos nesta nova realidade do trabalho, bem como os sentidos e as expectativas com o movimento sindical, afim verificar o que explica o distanciamento destes com seus sindicatos de representação em um cenário amplamente prejudicial à classe trabalhadora do país. A pesquisa levanta a hipótese de que, para além dos aspectos conhecidos e problematizados nos estudos sobre o sindicalismo, retomados a partir de uma série de autores que discutem os impactos recentes e o futuro do movimento sindical nos dias atuais, o avanço de uma ideologia neoliberal, somada à ausência de trabalho junto às bases, coloca-se como problema emergente frente o desafio de reorganizar, mobilizar e retomar o protagonismo na organização da classe a partir dos sindicatos. Para aferir as suposições, uma investigação no modelo das Enquetes Operárias foi pensada e instrumentalizada coletivamente com sindicatos da região sul do país, integrados aos trabalhadores do Macrossetor da Indústria da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (MSI-CUTRS). Uma vez que o método se fundamenta como um tipo de pesquisa explicitamente associada a uma ação política, observações quanto à aplicação do questionário, realizada pelos sindicalistas, bem como os avanços e as limitações do grupo nesta tarefa, integram um capítulo descritivo neste estudo. No entanto, a coleta de 359 questionários na base do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita (STIMMEC) é que possibilita avançar em uma análise quantitativa dos dados. O questionário, estruturado com 41 questões divididas em quatro eixos, buscou nos dois primeiros momentos informações a respeito do perfil e das condições de trabalho, renda e moradia dos trabalhadores, revelando que na base do Sindicato estão mantidos aspectos mais tradicionais do perfil metalúrgico, com a predominância da mão de obra masculina, de idade avançada, empregada nas tarefas de produção sob o regime de contratação da CLT. Porém, ao revelar como se organiza e se distribui o trabalho das mulheres, a ausência dos jovens trabalhadores na indústria e a presença de atividades informais no campo regulado do trabalho, confirma que transformações importantes estão em

curso dentro do campo legislado do trabalho. Já no terceiro e no quarto eixo da investigação, elaborados para mapear aspectos da representação sindical e da ideologia dos trabalhadores, empregou-se o cruzamento de variáveis, mantendo-se fixa a variável de sindicalização. Neste momento se confirma a hipótese do estudo, visto que ideias e ideais neoliberais estão presentes principalmente entre os trabalhadores não sindicalizados, grupo que demonstra maior apreço pela individualização das relações de trabalho e menor conhecimento sobre o trabalho e a atuação dos sindicalistas no local de trabalho.

Palavras-chave: Representação Sindical; Metalúrgicos; Enquete Operária; Ideologia Neoliberal; Sindicalização.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the issue of trade union representation in the midst of the advance of neoliberal ideology on labor relations in Brazil. Considering the downgrading and withdrawal of labor rights, mainly based on reforms and measures to make legislation more flexible, the aim is to investigate the profile of workers inserted in this new reality of work, as well as the meanings and expectations of the union movement, in order to verify which explains their distancing from their representative unions in a scenario that is largely harmful to the country's working class. The research raises the hypothesis that, in addition to the known and problematized aspects in studies on trade unionism, resumed from a series of authors who discuss the recent impacts and the future of the trade union movement today, the advance of a neoliberal ideology, added to the absence of grassroots work, the challenge of reorganizing, mobilizing and resuming the leading role in the organization of the class based on the unions is an emerging problem. To assess the assumptions, an investigation based on the Workers Inquiry model was designed and carried out collectively with unions in the southern region of the country, integrated with the workers of the Macrosector of the Industry of the Central Única dos Trabalhadores of Rio Grande do Sul (MSI-CUTRS). Since the method is based on a type of research explicitly associated with a political action, observations regarding the application of the questionnaire, carried out by union members, as well as the advances and limitations of the group in this task, are part of a descriptive chapter in this study. However, the collection of 359 questionnaires at the base of the Canoas and Nova Santa Rita Metallurgical Workers Union (STIMMEC) makes it possible to advance in a quantitative analysis of the data. The questionnaire, structured with 41 questions divided into four axes, sought in the first two moments information about the profile and working conditions, income and housing of the workers, revealing that at the base of the Union more traditional aspects of the metallurgical profile are maintained, with the predominance of male labor, of advanced age, employed in production tasks under the CLT contracting regime. However, by revealing how women's work is organized and distributed, the absence of young workers in industry and the presence of informal activities in the regulated field of work, confirms that important transformations are underway within the legislated field of work. In the third and fourth axis of the investigation, designed to

map aspects of union representation and workers' ideology, the crossing of variables was used, keeping the unionization variable fixed. At this moment, the hypothesis of the study is confirmed, since neoliberal ideas and ideals are present mainly among non-union workers, a group that demonstrates greater appreciation for the individualization of labor relations and less knowledge about work and the role of union members in the workplace.

Keywords: *Union Representation; Metallurgists; Workers Inquiry; Neoliberal Ideology; Unionization.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Frequências (Amostra x RAIS)	44
Tabela 2 - Setor da Empresa x Gênero.....	47
Tabela 3 - Contrato de Trabalho	48
Tabela 4 - Jornada de Trabalho	49
Tabela 5 - Informalidade	49
Tabela 6 - Renda familiar	50
Tabela 7 - Composição da Renda Familiar	51
Tabela 8 - Organização do Orçamento Familiar.....	52
Tabela 9 - Avaliação das Condições de Vida.....	52
Tabela 10 - Sindicalização x Gênero.....	53
Tabela 11 - Sindicalização x Raça	54
Tabela 12 - Sindicalização x Escolaridade.....	55
Tabela 13 - Sindicalização x Idade.....	55
Tabela 14 - Sindicalização x Setor	56
Tabela 15 - Sindicalização x Participação	58
Tabela 16 - Sindicalização x Avaliação dos Dirigentes Sindicais.....	59
Tabela 17 - Sindicalização x Ideologia.....	60
Tabela 18 - Sindicalização x Negociações Coletivas	61
Tabela 19 - Sindicalização x Percepção sobre o Sindicato.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Você atua em qual setor da empresa?	46
Gráfico 2 - Idade.....	48
Gráfico 3 - Sindicalização x Ideologia	60

LISTA DE SIGLAS

CUT	Central Única dos Trabalhadores
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
MSI-CUT	Macrossetor da Indústria da Central Única dos Trabalhadores
CUTRS	Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul
MSI	Macrossetor da Indústria
MSI-CUTRS	Macrossetor da Indústria da Central Única dos Trabalhadores
STIMMEC	Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita
PT	Partido dos Trabalhadores
EC	Emenda Constitucional
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
MP	Medida Provisória
OIT	Organização Internacional do Trabalho
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 SINDICALISMO NO BRASIL: AS REFORMAS E A OFENSIVA NEOLIBERAL..	20
2.1 IMPACTOS NA ESTRUTURA E NO PODER DE AÇÃO DOS SINDICATOS.....	20
2.2 IMPACTOS NOS SENTIDOS DE COLETIVIDADE DOS TRABALHADORES ...	22
2.3 SINDICALIZAÇÃO: DESAFIOS E CAMINHOS PARA ORGANIZAR A BASE ...	26
3 INVESTIGAÇÕES OPERÁRIAS.....	28
3.1 BASES DA FORMAÇÃO OPERÁRIA NO BRASIL	28
3.2 O NOVO SINDICALISMO	32
3.3. ENQUETE OPERÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A COMPOSIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....	35
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	39
4.1 PENSANDO A INVESTIGAÇÃO DE FORMA COLETIVA.....	39
4.2 OS SINDICALISTAS PROTAGONISTAS DA INVESTIGAÇÃO.....	41
4.3 ESTRUTURAÇÃO E VALIDAÇÃO DA AMOSTRA	43
4.4 DESCRIÇÕES ESTATÍSTICAS DA AMOSTRA.....	45
5 SINDICALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS.....	53
5.1 A PARTICIPAÇÃO NA BASE DO STIMMEC	57
5.2 A IDEOLOGIA NA BASE DO STIMMEC	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE A - ENQUETE FÍSICA PARA COLETA DE DADOS SOBRE OS TRABALHADORES E TRABALHADORES DO MACROSSECTOR DA INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL.....	75

1 INTRODUÇÃO

O desmonte estrutural do trabalho, no Brasil e no mundo, é um fenômeno repleto de perspectivas para sua análise. Cabem dentro do tema as discussões no campo jurídico, da tecnologia, da história, da sociologia, entre outros, que reafirmam a centralidade do trabalho em nossas vidas e a dimensão que as mudanças em sua estrutura podem tomar. Nesta dissertação, se adota uma perspectiva política, no que diz respeito à classe trabalhadora, os impactos na sua representação na arena da relação *Capital versus Trabalho* e a capacidade de reestruturação de seu campo de força, representado aqui pelos sindicatos e os trabalhadores e trabalhadoras organizados. A partir da ideia de que o poder de uma classe significa de início o seu lugar objetivo nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar que recobre as práticas das classes em luta (POULANTZAS, 1980), se assiste nos dias atuais uma ofensiva que fragiliza a equalização das forças dentro da divisão social do trabalho. Decorre desse fenômeno, um intenso processo de precarização no campo regulatório das relações de trabalho, bem como alterações na subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir da perpetuação de uma ideologia neoliberal que desestrutura as práticas de organização e mobilização.

Os sindicatos, enquanto associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalismo, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante (ANTUNES, 1980), encaram neste cenário os desafios de uma necessária reestruturação em suas estratégias para retomar o protagonismo na defesa e na representação da classe trabalhadora, que cada vez mais se reduz nos aspectos do assalariamento e se amplifica nas novas modalidades de venda da força de trabalho, com impacto brusco na extensão da vida dos trabalhadores. É fato que o processo de desregulamentação e de criação de novas modalidades de contrato, principalmente a partir de 2015¹, reforçado pela aprovação das Leis 13.429/17 (Terceirização) e 13.467/17 (Reforma Trabalhista), assim como de uma ampla

¹ Como sugere Ribeiro (2022): “Medidas de austeridade fiscal no segundo governo de Dilma Rousseff reduziram direitos como seguro-desemprego, pensão sobre morte e auxílio-doença. No governo de Michel Temer, o acirramento se estabeleceu por contrarreformas de vulto, destacando-se aqui a Emenda Constitucional 95/2016 de congelamento dos gastos sociais e investimentos públicos e as contrarreformas trabalhistas. Fecha esse ciclo de ofensivas, até então, a experiência do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, que tem como principal marca destrutiva a aprovação da chamada Reforma da Previdência, em 2019”.

reforma na Previdência Social, tumultuou o trabalho sindical nas bases, distanciando ainda mais as entidades do necessário papel político a ser desempenhado.

Contudo, ainda que tais transformações tenham criado, inicialmente, um movimento mais defensivo de adaptação à nova realidade do que movimentos de construção de novas formas de organização criativas e solidárias (GALVÃO *et al.*, 2019), do sindicalismo ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) avançam iniciativas que buscam reorganizar a atividade e a estrutura sindical, como é o caso dos Macrossetores². Constituídos em 2012, a partir das resoluções do 11º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), estes espaços são internos à Central, para discussões e troca de experiências, em uma tentativa de atualizar a estrutura vertical do movimento sindical cutista. No ramo da indústria, o Macrossetor da Indústria da CUT integra perspectivas de várias categorias do setor para desenvolver uma agenda comum de ação, a fim de construir um projeto que retome a industrialização e conjuntamente o poder sindical no ramo.

No ano de 2019, em seu 13º Congresso Nacional, a CUT atualizou e aprofundou os debates sobre o MSI, considerando “*o acirramento das práticas e legislação antissindicais, o fim do imposto sindical sem a regulamentação de novas formas de financiamento e a tentativa de se impor um ambiente de fragmentação sindical a partir da vontade dos patrões*” (Caderno de Resoluções do 13º CONCUT, 2019). Desta forma, propôs a organização de uma Confederação Nacional dos/as Trabalhadores/as da Indústria da CUT, de forma a evoluir em seu modelo organizativo, compartilhando e unificando estruturas, abrindo também a possibilidade de representar os grandes conjuntos da classe trabalhadora que não são organizados e representados pela Central, por conta da diversificação e precarização.

A proposta nacional esbarrou em articulações políticas, mas as organizações regionais tomaram fôlego. No Rio Grande do Sul, uma coordenação do MSI foi organizada pela CUT/RS no ano 2021, após um longo período de debates e integração junto às discussões nacionais. O grupo regional é integrado pelos setores metalúrgico; da alimentação; calçadista; moveleiro; celulose, papel e papelão; petroquímico; químico; e petroleiro. A oportunidade de pensar a organização por

² A 14º Plenária Nacional da CUT, realizada em 2014, encaminhou a organização e a composição de 4 Macrossetores, que são: Indústria; Serviço Público; Comércio, Serviços e Logística; Rural. Na presente dissertação, a atenção estará voltada apenas ao Ramo da Indústria, portanto, ao Macrossetor da indústria da CUT (MSI-CUT).

ramo na região abre também a possibilidade de uma participação mais aproximada dos sindicatos de base na proposta do Macrossetor, pois como afirma Leôncio Martins Rodrigues (2009), o peso do sindicalismo no sistema econômico ou político, sua capacidade de influir sobre as decisões depende essencialmente de sua capacidade de mobilização dos trabalhadores.

O papel dos sindicatos de base na estrutura vertical do movimento sindical retoma cada vez mais destaque nas discussões sobre estratégias e reestruturação. Graça Costa (2021) afirma que a proposta de um Sindicato, longe de se tornar obsoleta, é extremamente atual, uma vez que a força política destas entidades é proporcionada pelos trabalhadores e trabalhadoras organizados, e que, apesar de ser este um princípio fundamental, muitas vezes é considerado de forma invertida na definição das estratégias. O sindicato, enquanto espaço estratégico neste novo contexto também é apontado por Pochmann (2021), que aposta na capacidade de se tornarem ambientes de pertencimento e identidade junto aos trabalhadores, desde que compreendam a urgência de gestar desde agora o sindicato do futuro, como aponta Lúcio (2019), uma vez que o formato de organização atual é incapaz de produzir respostas aos trabalhadores dentro do novo sistema produtivo.

Deste modo, com a premissa de que uma proposta contemporânea para a reestruturação do campo de poder do sindicalismo não deve prescindir da importância do papel e do trabalho dos sindicatos de base, a presente dissertação apresenta uma discussão a respeito da representação sindical e dos seus sentidos juntos trabalhadores no atual contexto político do Brasil, marcado em seus últimos anos, como brevemente exposto nesta introdução, pelo avanço de políticas e ideias neoliberais. Para tanto, retoma a tradição dos inquéritos operários (THIOLLENT, 1985; WOODCOCK, 2014; OVETZ, 2021), fundamentados como um tipo de pesquisa explicitamente associada a uma ação política, cumprindo o papel de obter informações através do contato imediato com as pessoas envolvidas na investigação.

A partir de conversas com lideranças sindicais do MSI-CUTRS e do acompanhamento de alguns encontros do grupo entre os anos de 2020 e 2021, mostrou-se latente a preocupação quanto aos sentidos e as expectativas dos trabalhadores em relação ao trabalho dos sindicatos. De maneira geral, lhes interessava saber os motivos que aproximavam e que distanciavam os trabalhadores e trabalhadoras da luta sindical. Desta forma, foi proposta uma

investigação a partir de um questionário estruturado contendo 41 questões (anexado ao Apêndice desta dissertação), distribuídas em quatro eixos. O primeiro, de caráter identificativo, buscou as informações primárias dos trabalhadores, a fim de estabelecer recortes de gênero, raça, escolaridade, idade e categoria. O segundo, de forma complementar, explorou as condições de renda, trabalho e moradia. Já o terceiro eixo tratou da representação sindical, objetivando-se em investigar o conhecimento e as percepções sobre a estrutura do movimento, o trabalho e a presença do sindicato no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como os sentidos da representação, da coletividade e da participação sindical nos dias atuais. Por fim, o quarto eixo abordou fundamentalmente os aspectos ideológicos da classe, configurando assim uma ampla investigação sobre os trabalhadores para explorar respostas à seguinte problemática da pesquisa: no atual cenário de desmonte e precarização do trabalho no Brasil, o que explica o distanciamento entre os trabalhadores e os sindicatos?

A hipótese aventada é a de, para além de aspectos já conhecidos, tais como a baixa participação orgânica dos trabalhadores na vida sindical (BOITO JR, 1980), o distanciamento crescente entre o perfil dos sindicalistas e aquele da maioria dos trabalhadores brasileiros (CARVALHO; BICEV, 2021) e uma cultura de acomodação destes sindicalistas ao desenho institucional com base na unicidade sindical e na organização por categoria profissional, (GALVÃO, 2021), o campo político ideológico passa a exercer significativa influência no distanciamento após o avanço dos ideais neoliberais sobre o campo do trabalho no Brasil, razão que reforça a importância da presente investigação junto aos estudos da Ciência Política. Apesar de o sindicalismo ser um tema de maior identificação com os estudos da Sociologia do Trabalho, é preciso ressaltar que é por meio da ação política, como resalta Altamiro Borges (2022), que o Capital aproveita para golpear todas as conquistas históricas dos assalariados.

O recorte da investigação se dá junto ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita (STIMMEC), entidade sindical que integra as discussões MSI-CUTRS. Localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul / Brasil, o Sindicato representa uma base de quase 7 mil trabalhadores e tem em sua história o surgimento de atores políticos de projeção nacional, como o Senador Paulo Paim (PT-RS) e o Ex-Deputado Federal Marco Maia (PT-RS). Durante o processo de investigação proposto a todo o grupo do

Macrossetor da Indústria da CUTRS, o trabalho realizado junto a este sindicato resultou na participação de 359 trabalhadores, número este satisfatório para a análise proposta. As variáveis de gênero, idade e escolaridade conferiram confiabilidade à amostra, que permitiu traçar o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na base, bem como aferir as associações contidas na relação destes trabalhadores com o Sindicato, a partir de uma divisão de dois grupos: sindicalizados e não sindicalizados.

Em suma, a organização do estudo se consolida em quatro capítulos. O primeiro traz um panorama sobre a realidade do movimento sindical após a ofensiva neoliberal que avançou no Brasil, principalmente a partir do ano de 2015, momento em que foram aprovados projetos e reformas que vem transformando as bases de organização do trabalho e de proteção dos trabalhadores. Para tanto, busca-se apoio em diversos autores que discutem o tema nos dias atuais e que convergem sobre as deficiências e a necessária renovação do sindicalismo, sem aderir a um discurso fatalista de crise ou extinção da luta sindical. Na mesma sessão, se apresentam algumas perspectivas quanto aos desafios dos sindicatos de base, no que diz respeito ao trabalho de sindicalização e à politização das lutas, de forma a trabalhar a consciência de classe dos trabalhadores.

O segundo capítulo aborda as investigações operárias, discutindo a partir dos estudos de Rodrigues (2009) e Mangabeira (1993) a formação operária no país e as transformações na organização e representação dos trabalhadores a partir do Novo Sindicalismo. Para além dos resultados e conclusões que são apresentados pelos autores, denota destes estudos a relevância das investigações junto à classe trabalhadora e aos sindicatos em momentos de profunda transformação social, tais como os períodos de industrialização e de redemocratização no país. O capítulo segue com uma breve discussão a respeito das investigações operárias, desde a fundamentação e estruturação de questionários de tradição marxista, presente em Michel Thiollent (1985) até as discussões mais recentes apresentadas por Jamie Woodcock (2014) e Robert Ovetz (2021) sobre a importância de retomar este modelo de investigação frente às transformações do mundo do trabalho.

Finalizado o aporte teórico, no capítulo três se apresentam os caminhos metodológicos da pesquisa, traçados inicialmente pela elaboração e instrumentalização do questionário junto ao grupo do Macrossetor da Indústria da CUTRS, e em sequência pela estruturação e validação da amostragem coletada

junto ao STIMMEC, bem como pela operacionalização dos conceitos empregados na análise. Também, estão acrescentados à sessão apontamentos estatísticos descritivos a respeito do perfil e das características dos trabalhadores e trabalhadoras na base do STIMMEC.

O quarto, e último, capítulo apresenta os resultados da investigação, a partir de uma análise bivariada (FIELD, 2009) sobre o tema da sindicalização, momento em que são discutidas as associações contidas na relação do Sindicato com os trabalhadores sindicalizados e os não sindicalizados. Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo.

2 SINDICALISMO NO BRASIL: AS REFORMAS E A OFENSIVA NEOLIBERAL

2.1 IMPACTOS NA ESTRUTURA E NO PODER DE AÇÃO DOS SINDICATOS

Nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), uma frente ampla e heterogênea de sustentação do crescimento econômico, denominada por Amando Boito Jr. (2018) como *neodesenvolvimentista*³ foi decisiva para a expansão da indústria nacional, ainda que não tenha sido suficiente para romper com os sinais de desindustrialização percebidos com a abertura econômica e financeira dos anos de 1990 (MAIA, 2020). A crise deste arranjo político, que teve o movimento sindical de defesa dos trabalhadores como a força social de maior destaque, abriu caminhos para um período de reformas e privatizações que culminaram em grandes transformações no mundo trabalho, de forma mais acelerada a partir de 2015. De acordo com Galvão; Marcelino (2020) a:

[...] crise política e econômica ofereceu uma oportunidade para a restauração do neoliberalismo. A burguesia aproveitou-se da estagnação econômica e da instabilidade política para retomar as condições de exploração e recompor suas margens de lucro. A ofensiva burguesa obteve êxito na aprovação dos projetos que mais lhe interessavam: a terceirização, a reforma trabalhista e a previdenciária [...] (GALVÃO; MARCELINO, 2020, p.163).

Apesar da Terceirização e da Reforma da Previdência representarem amplos retrocessos à classe trabalhadora e aos direitos e garantias conquistados a partir das lutas sociais e sindicais, a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), integrada a um conjunto de mecanismos jurídicos de inspiração (neo)liberal, contrários à ação sindical e a favor da extrema flexibilidade das relações trabalhistas (CARBONAI; SEVERO, 2021)⁴, efetivou as maiores ameaças ao movimento sindical brasileiro, dando início a um novo ciclo no sistema das relações de trabalho no país.

³ A hipótese do professor Armando Boito Jr., a qual assumimos para a compreensão do quadro político pós *impeachment* de 2016, é de que os conflitos de interesses existente entre a grande burguesia interna brasileira – fração burguesa hegemônica nos governos petistas - e o campo neoliberal ortodoxo – fração burguesa ligada ao capital internacional que manteve hegemonia no período FHC – foram responsáveis pela crise política nacional a partir de 2015 e, conseqüentemente, pela ofensiva restauradora do capital internacional.

⁴ Como sugere o levantamento dos autores: “[...] em 2016 o Congresso aprova a emenda constitucional (Ec) n.95 que congela os gastos com saúde, educação e investimento público por 20 anos. Em 2017 é a vez da lei n.13.429 – que dispõe sobre as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros, alterando a lei sobre trabalho temporário (Lei n.6.019/1974) – e da lei n.13.467, que altera mais de 200 artigos da Clt. Em 2019, a assim chamada lei da liberdade econômica (lei n.13.874) introduz novas alterações na Clt. A Ec n.103 de 12 de novembro de 2019

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁵, no mundo, registram-se em torno de 110 reformas legislativas laborais entre os anos de 2008 e 2014, comprovando que as mudanças no campo trabalho se colocam como um fenômeno global, tendo em comum o aumento da competitividade das economias e a flexibilização dos contratos de trabalho para gerar ocupações precárias. A respeito da nova realidade para o movimento sindical, Moreira; Calvete (2020) apontam que a perda de poder e mobilização dos sindicatos faz com que mudem as suas perspectivas, principalmente políticas. Segundo os autores, movidos pela pressão do empresariado, passam por um processo de despolitização, agindo cada vez mais dentro do que determina o capitalismo. Nesta linha, como aponta Clemente Ganz Lúcio (2020), a nova dinâmica de mercado e competição entre as empresas, faz com que Sindicatos, negociação e acordo coletivo representem obstáculos que devem ser eliminados. Para Lúcio o:

[...] poder de negociação dos sindicatos vem sendo fragilizado com o “novo poder” de reduzir direitos, por meio da interposição de comissões de representação dos trabalhadores, nas quais é proibida a participação sindical, ou do empoderamento do indivíduo para negociar diretamente. Essas medidas quebram o papel sindical de escudo coletivo e protetor (LÚCIO, 2020, p.130).

De maneira pontual no Brasil, a desvalorização dos sindicatos após a aprovação da reforma se deu a partir da dispensa para as negociações coletivas, assim como no enfraquecimento das entidades no campo da representatividade e das finanças (MOREIRA; CALVETE, 2020). Na contramão, mantiveram-se as obrigações, as despesas e custos dos sindicatos, ao largo de uma representação sindical universal, como aponta Lima (2022). Isso porque em um modelo de sindicalismo baseado na unicidade, a abrangência das tratativas coletivas se dá a toda extensão da categoria e dos trabalhadores, independente da filiação ao sindicato. Segundo o autor, após a Reforma Trabalhista a taxa de cobertura nas negociações coletivas sofreu impacto negativo⁶, o que reflete o afastamento dos

altera profundamente o sistema de seguridade social. Por fim, as medidas provisórias de 2019 – por exemplo, o assim chamado Programa verde amarelo (Mp n.905) e depois em 2020, as Mps n.927 e n.936 que continuam no intuito de fragilizar as relações trabalhistas, afetando tanto o direito material quanto o direito processual do trabalho (Dieese, 2020; Dutra, De Jesus, 2020)”.

⁵ Para a íntegra do estudo, ver: “*Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium*”, publicado no ano de 2016 pela organização.

⁶ Com base no *ranking* mundial de taxa de cobertura das negociações coletivas, divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirma o autor: “Perceba-se que os dados da OIT referentes ao ano de 2015,3 atualizados nas informações do Brasil em 2020, demonstram que a taxa

sindicatos no plano das relações de trabalho, objetivo claramente elaborado pela reforma.

Cabe destacar que ao longo de sua história os sindicatos não foram capazes de construir condições adequadas para uma ação coletiva e participativa em suas bases. O modelo sindical brasileiro, forjado no berço do governo populista de Getúlio Vargas e no corporativismo estatal (BOITO JR., 1991; COOK, 2007) traz limites à autonomia organizacional, que se evidenciam quando confrontados com condições ideológicas distintas, na medida em que a estruturação do movimento se encontra inserida em um sistema de relações que assegura a subordinação às cúpulas do aparelho de Estado – do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo (BOITO JR., 1991). Esta característica também é apontada por Noronha (2000), que define as relações de trabalho no Brasil dentro de um modelo legislado, onde o Parlamento e o Executivo são atores mais relevantes que as representações sindicais na definição das “instituições do trabalho”.

Casado a este aspecto está o enfraquecimento financeiro das entidades sindicais, que se coloca nos objetivos da reforma como uma estratégia desmobilizadora. O Imposto Sindical, apesar de não ser a única fonte de custeio dos sindicatos, representou queda expressiva no montante de arrecadação. Segundo Lima (2022), verificou-se um impacto de 90,75% negativo na contribuição sindical entre 2017 e 2018, o que inviabilizou desde a reforma qualquer planejamento orçamentário, prejudicando também a subsistência dos sindicatos. No entanto, a fragilização ocorre de maneira unilateral, uma vez que o custeio das entidades sindicais patronais permanece elevado⁷, revelando o agravamento do desequilíbrio de forças entre o Capital e o trabalho.

2.2 IMPACTOS NOS SENTIDOS DE COLETIVIDADE DOS TRABALHADORES

O desmonte do trabalho no Brasil apresenta aspectos que vão além das mudanças na legislação e dos seus reflexos em contratos e regimentos. Para

de cobertura das negociações coletivas sofreu impacto de 2015 para 2020, com o Brasil caindo da 15ª posição para a 18ª. Justamente o período em que a Reforma Trabalhista entrou em vigor e os sindicatos brasileiros definharam”.

⁷ Como aponta Lima (2022): “Enquanto a representação sindical de trabalhadores recebeu, em 2020, R\$ 42,9 milhões, a representação patronal recebeu, apenas do sistema “S” (tirante outras receitas), valor na casa dos R\$ 15,9 bilhões. Ou seja, as entidades profissionais receberam 0,27% (vinte e sete centésimos por cento) do percebido pela representação patronal.

Ricardo Antunes (2020) as transformações no campo do trabalho, a partir da desregulamentação, da informatização e da intensificação do trabalho, geraram uma dissociabilidade destrutiva, que procura dilapidar todos os laços de solidariedade e de ação coletiva, individualizando as relações de trabalho em todos os espaços onde essa pragmática for possível. Igual percepção também se apresenta a partir das considerações de Andréia Galvão (2021), que considera a disseminação da ideologia neoliberal uma das razões da perda de protagonismo sindical, uma vez que favorece a busca por saídas individuais, promove o estímulo à competição e o enfraquecimento da solidariedade entre trabalhadores que se encontram em diferentes situações de trabalho.

Para além da fragilização protetiva da lei causada pelo movimento de reformas, há também um aliciamento ideológico que manipula e se apropria não apenas do fazer, mas também do saber, do sentir e do perceber, como aponta Luisa Fernandes Cordeiro (2022). Para a autora, a materialidade e a subjetividade do trabalhador estão às avessas, a partir de um movimento de mundialização do capital.

As ideias neoliberais amplamente difundidas enfatizam o individualismo, atribuindo às competências e características pessoais a glória ou a desgraça deste sujeito, justifica-se, portanto, a desigualdade como um processo meramente individual, de merecimento ou de esforço. Se amplia nesse contexto a noção falaciosa de que alcançar o sucesso, dentro desta lógica capitalista, requer apenas atributos individuais: ser inteligente, polivalente, esforçado, empreendedor, ter força de vontade, em suma: “trabalhe enquanto os outros dormem” (CORDEIRO, 2022, p.182 e 183).

O processo de aliciamento da classe trabalhadora naturaliza a exploração, que sempre foi condição para o trabalho no capitalismo, na medida em que dá novos sentidos à desigualdade. A própria ideia de estruturas provedoras de bem-estar social, como, por exemplo, o Estado, se corrompe em meio à ideologia neoliberal, que intensifica a subordinação do trabalho e distorce as necessidades coletivas da classe trabalhadora. Para Cordeiro (2022):

[...] O capitalismo passa a ser assim (dentro dessa ideologia) não um sistema que produz riqueza para poucos, pobreza para a maioria, mas ao contrário, se justifica as desigualdades sociais a partir do sujeito individual, o que por consequência impacta na capacidade organizativa, na fragmentação da classe trabalhadora e, portanto, das suas lutas coletivas. No lugar do coletivo, instaura-se a competição. É possível afirmar, portanto, que a classe trabalhadora se transformou, são novos sujeitos (Ibidem, p.182 e 183).

No que diz respeito à atuação dos sindicatos em meio à ofensiva das reformas no Brasil, é possível afirmar que estes se colocaram em uma estratégia defensiva frente à nova realidade, de forma a resistir à retirada de direitos e à precarização das condições de contratação e de trabalho, muitas vezes também buscando se adaptar às mudanças, principalmente em pontos que impactaram diretamente as condições de vida e renda dos trabalhadores. Certamente, como lembra Cordeiro (2022), este é um aspecto que tem maior ligação com as origens da luta sindical e que não deve ser diminuído, visto que a luta de classes no trabalho emerge da totalidade da vida da classe trabalhadora.

O acabamento mais rigoroso da luta política, que hoje pode ser vista nos partidos, passa pelo sindicato, portanto, não é de menos valor que suas origens e suas funções ainda que estivessem centradas na luta por melhores salários, afinal é condição humana, biológica a importância do vestir, comer, beber para criar as possibilidades de reflexão [...] Portanto, sim, para o acabamento da consciência de classe, é necessariamente importante a luta, ainda que esbarre em limites econômicos, dos sindicatos (CORDEIRO, 2022, p. 167 e 168).

No entanto, a disputa no campo ideológico carece de um diálogo que permita a compreensão de que a precarização das condições para o trabalho é também uma consequência dos discursos e atitudes internalizados pela própria classe. Como afirma Andréia Galvão, embora a questão organizativa seja relevante, ela não pode prescindir do enfrentamento da dimensão político-ideológica. Para ela, é preciso politizar as lutas, de forma a evidenciar o papel da contradição entre capital e trabalho como fonte de desigualdades e conflitos sociais.

A questão não é apenas institucional-organizativa e a legislação sindical não vai, por si só, resolver o problema da organização e da mobilização. Sem trabalho de base e formação político-sindical, não há como ampliar o enraizamento dos sindicatos junto aos trabalhadores e trabalhadoras, nem como formular projetos e alternativas políticas ao neoliberalismo (GALVÃO, 2021, p.7).

A autora lembra que movimentos sociais ligados à luta sindical, como a Frente Brasil Popular e o Povo Sem Medo, trabalham na construção e na articulação de lutas enraizadas na política, tal como a defesa da democracia, mas que representam baixa inserção e repercussão nos sindicatos de base, que dificilmente discutem democracia e promovem uma reflexão sobre o papel do Estado e do mercado na regulação de direitos (2021). Assim, a autora defende que uma forma

de organização que permita melhorar a qualidade da relação entre direção e base é condição fundamental para a resistência ao desmonte de direitos.

Fazer com que essa pauta política chegue aos sindicatos de base e que os sindicatos de base levem essa pauta até trabalhadoras e trabalhadores em seus diferentes locais de trabalho, inclusive em suas residências, e contratados de diferentes formas, é um desafio urgente. É preciso combater o fatalismo, a lógica do “menos pior”; defender a proteção estatal como direito de cidadania, e não apenas para uma categoria em particular; desconstruir as falsas dicotomias como aquelas que, durante a pandemia da Covid-19, opõem direito ao trabalho e direito à saúde, renda mínima e emprego. Pois, ao contrário daquilo que o governo e as empresas insistem em sustentar, não se trata de optar por um direito em vez de outro (GALVÃO, 2021, p.6).

O trabalho de base, como define Luisa Cordeiro (2022), coloca-se como um instrumento pedagógico importante a ser retomado e afirmado pelos sindicatos e por seus representantes e líderes, pois é capaz de capilarizar no interior das organizações valores que têm sido capturados e modificados pela sociabilidade burguesa. Neste sentido, ela destaca a importância deste trabalho não somente aos sindicatos, que passam a compreender de forma mais clara a composição e a realidade da classe, mas também aos trabalhadores e trabalhadoras, a partir da capacidade de romper com a inércia posta pela intensificação dos processos de produção dentro da ideologia neoliberal.

Esse processo permite os primeiros ensaios para se localizar coletivamente no mundo e que promove o processo de reflexão, o reconhecimento de que dentro das transformações do mundo do trabalho muitas coisas são solapadas. Não há tempo para se ouvir, falar e refletir outros sentidos que não sejam os atribuídos pelo próprio trabalho abstrato. Acabou-se a fronteira entre o pensar o lugar no mundo (enquanto sujeito transformador) e a forma de trabalho assumida no capital. Capturou-se a razão e a sensibilidade em virtude do avanço das concepções individuais, por isso em certa medida compreende-se a inércia posta no cotidiano (CORDEIRO, 2022, p.187).

Como apontam as autoras, o desafio do movimento sindical atravessa os aspectos organizativos e vem cada vez mais exigindo a capacitação dos sindicalistas para o enfrentamento político ideológico. Apesar da reforma ter atingido as finanças e o poder de negociação dos sindicatos, e por esta razão ter gerado maior mobilização quanto à reorganização dos espaços físicos, das direções e das estratégias de reivindicação das pautas mais tradicionais, como os reajustes salariais, existe consciência sobre a necessidade de retomar a organização junto às bases. Em um modelo de sindicalismo baseado na representação, as campanhas de

sindicalização continuam exercendo um papel fundamental na consolidação do apoio dos trabalhadores à luta sindical.

2.3 SINDICALIZAÇÃO: DESAFIOS E CAMINHOS PARA ORGANIZAR A BASE

Há um consenso, como aponta Andréia Galvão (2019), quanto à necessidade de reorganização da luta sindical no Brasil, tanto nas análises de pesquisadores do tema do sindicalismo quanto nas manifestações dos próprios dirigentes sindicais. Como afirma a autora, os debates ocorriam antes mesmo da efetivação da reforma, pois já havia uma percepção de que o sindicalismo perdeu força na sociedade, e sua efetividade, na ação coletiva, já estava enfraquecida, especialmente em função das mudanças estruturais do mundo do trabalho (GALVÃO, 2019). Nos discursos de importantes lideranças sindicais, como apontam Carvalho; Bicev (2021) palavras como revitalização, reorganização ou renovação tornaram-se recorrentes, ainda que nem sempre com ações capazes de sustentar mudanças organizacionais abrangentes. Apesar das boas intenções, é evidente que o desafio reside na transição do discurso para a prática, nas saídas práticas para a reestruturação do movimento, que parecem estar na inovação dos processos organizacionais, como também na reaproximação junto às bases de trabalhadores.

A sindicalização, como aponta Campos (2016), pode ser relevante como um indicador de força da organização e da atuação sindical, uma vez que os trabalhadores sindicalizados se informam mais sobre os vários aspectos da vida sindical, engajam-se mais nos eventos que ocorrem, como as assembleias e eleições, participam com mais frequência das mobilizações sindicais, como os piquetes e as greves, entre outras atividades propostas pela entidade de representação.

Francisco Lima (2022) aponta que por mais que os sindicatos se esforcem em convencer os trabalhadores a se filiarem, os números continuam caindo, não somente em decorrência da incursão de novas modalidades de contratação, mas também pela fragilização da imagem do sindicato, enquanto entidade forte e capaz de lutar por melhores condições. Para o autor, na prática,

[...] o baixo índice de filiação (11,2%) significa que, hoje, 88,8% dos trabalhadores, por não serem filiados, não contribuem para seus sindicatos, pois contribuições facultativas significam para os assalariados, como de

costume, a desnecessidade de contribuírem, especialmente considerando o achatamento salarial de que vêm padecendo, porque os sindicatos não conseguem obter bons resultados nas negociações coletivas – um ciclo vicioso: os sindicatos se tornam fracos pela ausência de filiados e de recursos, e os trabalhadores não se filiam porque os sindicatos enfraquecem. Mas, sem os sindicatos, esta realidade só tende a piorar (LIMA, 2022, p.9)

Segundo o autor, a fragilização financeira das entidades sindicais, realizada por meio da extinção de fontes de custeio sem qualquer debate sobre um novo modelo de sustentação, é um problema que tem se agravado absurdamente, levando à asfixia sindical, ao fechamento de entidades e à incapacidade de atividade de representação da classe trabalhadora (LIMA, 2022). As evidências apontam, de fato, para um cenário de difícil atuação sindical após a Reforma Trabalhista de 2017, de modo a declinar todos os indicadores que se relacionam com uma realidade positiva aos sindicatos, ou seja, uma crescente nos números de negociações coletivas e de sindicalizados.

No entanto, o “ciclo vicioso” mencionado por Lima (2010) parece simplificar um problema mais amplo, que conforme debatido neste capítulo, impacta também a ideologia e a subjetividade dos trabalhadores. A correlação da adesão sindical com a capacidade dos sindicatos em atingir negociações coletivas satisfatórias parece equivocada, e não responde de modo satisfatório às baixas taxas de sindicalização no país. De fato, há um achatamento da renda dos trabalhadores, que pode, ou não, se associar à decisão de se sindicalizar. Mas certamente outros aspectos, que devem ser apresentados a partir da análise proposta neste estudo, também se relacionam com o fenômeno da sindicalização, de modo a auxiliar com maior clareza as discussões sobre um tema que se coloca de extrema importância no atual contexto sindical do país.

Construir percepções a partir da ótica dos trabalhadores se coloca como aspecto central deste estudo. Neste sentido, faz-se importante também um olhar sobre as relações históricas entre a classe trabalhadora, de forma específica sobre os operários da indústria, e o movimento sindical, de modo a perceber o que se coloca como novo neste recente cenário de transformações do mundo do trabalho e o que integra a cultura operária desde a sua formação. Para tanto, os estudos empreendidos por Leôncio Martins Rodrigues (2009) e Wilma Mangabeira (1993) contribuem ao propósito desta discussão.

3 INVESTIGAÇÕES OPERÁRIAS

3.1 BASES DA FORMAÇÃO OPERÁRIA NO BRASIL

O processo de formação da classe operária no Brasil foi abordado por Leôncio Martins Rodrigues (2009) em estudos que envolveram os trabalhadores e trabalhadoras da indústria automotiva. Para além da necessidade de compreender a natureza do processo de industrialização no país nas décadas de 1950 e 1960, o autor se empenhou em mapear as características das sociedades nacionais no interior das quais a industrialização se realizava, compreendendo que os valores e ideologias dos operários se orientam não somente pelo aparato técnico e econômico das inovações no campo do trabalho, mas também pelo contexto social, político e cultural global. De acordo com Rodrigues (2009)

[...] Para fins heurísticos, podem-se distinguir dois conjuntos de fatores determinantes: de um lado, as particularidades do desenvolvimento econômico, em especial o tipo de tecnologia disponível, que por sua vez afetará o volume e a qualificação da mão de obra, o montante e as formas de remuneração do trabalho, o modelo de relações industriais; de outro lado, as particularidades do meio social (entendido em sentido amplo) no interior do qual se realiza a industrialização. Introduce-se aqui, como variáveis relevantes, o papel das instituições, dos grupos e camadas pré-industriais, dos sistemas axiológicos, do sistema político, etc. (RODRIGUES, 2009, p.6).

Mais do que a investigação sobre os trabalhadores, o contexto no qual se realizam os estudos de Rodrigues reforçam a relevância de um olhar atento aos períodos de grandes transformações no campo do trabalho. À época, apontou o autor, a expansão industrial brasileira acentuou a importância política das camadas sociais, uma vez que os trabalhadores foram inseridos com maior ênfase na vida social e política. Desta forma, o estudo destes grupos confundia-se com a própria análise sobre a formação da sociedade moderna no país, suas possibilidades e formas futuras de expansão.

Ainda no contexto geral da formação, o autor aponta a clara contraposição entre a formação operária europeia, tomada como referência na época, e a brasileira. Enquanto a primeira tem como base ideologias anticapitalistas, a segunda demonstra uma aceitação da grande empresa capitalista, sem construir visões críticas à propriedade privada, ponto nuclear dos movimentos operários europeus. Nestas condições, segundo Rodrigues (2009, p.83), as “ideologias proletárias” não

encontraram terreno propício para o florescimento no Brasil, pois não partem de uma repulsa à organização privada do trabalho industrial.

Contudo, a aceitação expressiva da industrialização no Brasil não pode ser vista como uma aceitação ao sistema capitalista, restando evidente a importância de considerar as associações entre os aspectos sociais e as origens, as condições e expectativas dos trabalhadores. A respeito do setor automotivo, apontou o autor.

Por isso, evitamos sempre, deliberadamente, falar numa “adesão ao sistema”, numa “introjeção” de seus valores. Pareceu-nos mais correto dizer de uma aceitação do industrialismo e da grande empresa, do “Brasil moderno”, avaliados sempre instrumentalmente, enquanto se oferecem como um meio de satisfação de necessidades e preenchimento de expectativas de aproveitamento da ordem industrial (Ibidem, 2009, p.83).

Deste aspecto central, decorrem outras características correlacionadas, tal qual o fortalecimento de uma organização sindical de relação estreita com a Justiça do Trabalho. Rodrigues (2008) avalia de forma crítica em seus estudos a recorrência de soluções para os conflitos trabalhistas junto aos tribunais, na medida em que tendem a enfraquecer a imagem dos sindicatos enquanto entidades capazes de mediar as relações de trabalho. No entanto, o autor pondera que no contexto amplo nacional da industrialização, o auxílio jurídico representava maiores garantias aos trabalhadores.

O proletariado brasileiro, a partir de 1930, obteve indiretamente certa legitimação de suas associações. Se o controle estatal dos sindicatos foi repudiado pelos setores mais qualificados e organizados, de tradição anarcossindicalista, socialista, ou comunista mais recentemente, a massa de trabalhadores semiquilificados ou braçais aceitou a intervenção e a proteção que vinham de cima, e cujo apoio lhe parecia mais eficaz do que a oferecida pela organização autônoma da classe. (Ibidem, 2009, p. 81).

As percepções sobre o sindicato também se associavam com a visão construída neste processo de formação da classe e de industrialização, uma vez que permeia no imaginário dos trabalhadores a ideia de que as condições de trabalho e remuneração são fruto da “boa vontade” das empresas. Um exemplo significativo que persiste ainda nos dias de hoje são os reajustes salariais, que anualmente são negociados pelos sindicatos nas Convenções Coletivas. Ainda que os períodos de campanha salarial sejam os mais acalorados, e o reajuste no salário seja a reivindicação mais aguardada das categorias, para os trabalhadores não se trata de

um resultado fruto de pressão coletiva ou de uma ação sindical. Rodrigues (2009) aponta que

[...] Os operários consideram que é de interesse da própria companhia pagar-lhes um salário adequado em decorrência dos altos lucros que, forçosamente, uma grande empresa deve auferir. Este ponto constitui um dos elementos centrais para que se entenda a medíocre importância que assume o sindicato na vida desses trabalhadores (Rodrigues, 2009, p.92).

No que tange a vida sindical dos trabalhadores, o autor observa que a sindicalização não se associa com a participação, uma vez que em suas investigações os sindicalizados informaram que raramente compareciam ao Sindicato, ou que sequer conheciam a localização da sede. Entre os não sindicalizados, se constatou que dois terços dos participantes optaram por respostas que indicam não haver vantagem em se sindicalizar. Neste sentido, é perceptível que o distanciamento entre os trabalhadores e o Sindicato é um aspecto presente desde o princípio da industrialização no país. De modo geral, aponta Rodrigues (2009), percebe-se que o sindicato é algo muito distante das preocupações e interesses da parcela majoritária dos informantes.

Na realidade, o trabalhador utiliza-se “racionalmente” do sindicato. Retira da instituição o que – nas condições atuais – ela pode dar e o que lhe interessa, o que lhe parece importante. E, em consequência de um conjunto de determinações sociais mais gerais, é em grande parte precisamente isso que o sindicato pode fornecer. As funções a que ele se dispõe correspondem às que o operário espera, isto é, ao projeto que o operário se dá (RODRIGUES, 2009, p.33).

Também no processo de formação da classe operária, se mostram os conflitos na relação entre os trabalhadores e o campo político. Uma vez favoráveis à industrialização, como forma de integração à ordem competitiva, não relacionam as condições socioeconômicas com a esfera do sistema econômico, mas sim, com o universo da política, das instituições e dos poderes públicos (RODRIGUES, 2009). Como efeito, inexistente uma perspectiva operária ou “classista”, mas sim, ampliada como povo frente um poder estatal, o que revela um descontentamento com o *status quo* político.

Como “povo” esses trabalhadores se sentem “explorados” e desprotegidos. Porém, como foi assinalado, os agentes e fatores responsáveis não são localizados na esfera econômica, mas na política, na forma de governo, nos elementos da administração, na burla ou na violação das leis. Os empregadores, os patrões, os proprietários dos meios de produção não são,

na maioria dos casos, apontados como os responsáveis pelos aspectos negativos da condição operária. Se o são, a culpa maior cabe ao governo, que não faz cumprir a lei, que não protege os trabalhadores e o povo contra os “maus patrões”, os “comerciantes inescrupulosos” (RODRIGUES, 2009, p. 127).

Em linhas gerais, a investigação empreendida por Rodrigues nos primórdios da industrialização no Brasil, da qual se apresentou alguns pontos nesta sessão, constitui uma importante base para se compreender a classe trabalhadora brasileira ainda nos dias atuais. A visão dos trabalhadores sobre o processo de implementação e expansão da indústria no período se coloca como aspecto central para as concepções sociais e políticas. Com forte ênfase em uma sociedade de consumo, conjugada com as origens e as expectativas de ascensão social dos operários, forma-se no período uma visão difusa sobre o pertencimento coletivo e de classe, o que finda impactando também as percepções a respeito do papel dos sindicatos. De todo modo, o autor constata que as funções a que as entidades sindicais se disponibilizavam a oferecer correspondiam ao projeto que o operário estava se dando, dando indícios de que a ação sindical no período observado não impunha uma formação crítica aos processos do trabalho, mas sim, complementava as expectativas que as bases possuíam.

A relação entre o sindicalismo e a política também se desenvolve dentro das perspectivas apontadas por Rodrigues sobre a formação do operariado no Brasil, que não formula uma perspectiva classista às suas insatisfações, mas sim, ampliada enquanto povo, e por este motivo, descolada de qualquer crítica ao sistema econômico e de produção como causadores das mazelas sociais. O Novo Sindicalismo, surgido nos anos 80 como uma proposta de renovação da representação dos trabalhadores, mesmo buscando maior proximidade entre os sindicatos e as bases, continuou a enfrentar contradições semelhantes às percebidas no princípio de formação da classe. Ainda, encontrou novos dilemas quanto à sua proposta de maior organização nos espaços de trabalho e participação ativa da base operária, como mostra a investigação de Wilma Mangabeira sobre os metalúrgicos de Volta Redonda.

3.2 O NOVO SINDICALISMO

Uma nova proposta de organização e representação dos trabalhadores surge no final dos anos de 1970, frente à necessidade de revitalização da atividade sindical no país. Segundo Vito Giannotti (2007), os movimentos de renovação ocorreram em dois formatos: a partir de diretorias dispostas a lutar e enfrentar a ditadura e a partir do trabalho das oposições sindicais, que combatiam diretorias sindicais pelegas, em geral, cheias de interventores. Os metalúrgicos do ABC Paulista protagonizaram os movimentos grevistas mais significativos, no entanto, calcula-se que o número de grevistas no Brasil durante todo o ano de 1978 tenha chegado a um milhão⁸.

O Novo Sindicalismo surge a partir dessa capacidade de maior diálogo e mobilização com as bases de trabalhadores. Segundo Wilma Mangabeira (1993, p.27), a inspiração sobre a democracia direta norteou o movimento, que concebe a organização nas fábricas como a melhor forma de representação e a votação em assembleias como a melhor forma de tomar decisões. Em uma investigação sobre os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, a autora aponta para relações mais democráticas entre o Sindicato e a base de representação, principalmente após a vitória de um grupo de oposição, composto em sua maioria por jovens operários com pouca experiência política e nenhuma participação sindical antes de 1964. De acordo com a autora

[...] A participação ativa dentro da usina e a mobilização dos operários passaram a ser atividades prioritárias; intensificou-se a campanha de “sindicalização” e deu-se início a um “programa de agitação e propaganda” para divulgar a nova diretoria e mobilizar os metalúrgicos [...] O sindicato passou a editar três boletins semanais e um jornal mensal. Diretores do sindicato começaram a aparecer nos portões de usina, no horário de entrada dos turnos, para conversar com os trabalhadores e estreitar contatos (MANGABEIRA, 1993, p.79).

A forma com que a nova direção passou a conduzir o Sindicato marcou uma mudança radical em relação às antigas gestões, que não davam voz aos trabalhadores e muitas vezes levantavam questões de alcance muito limitado. Além dos informativos e da presença mais constante no local de trabalho, os sindicalistas deste novo modelo de sindicato também adotaram ferramentas de investigação para

⁸ Giannotti (2007).

a formulação das pautas da Campanha Salarial. Segundo levantado pela autora, a pesquisa era realizada por intermédio de folhetos intitulados “Pesquisa sobre a Campanha Salarial”, distribuídos aos trabalhadores e recolhidos diversas vezes por dia nos portões da usina (1993, p.81).

O período também é marcado por outros importantes avanços, não só a partir das demandas salariais, mas também de garantias para o trabalho sindical e a representação dos trabalhadores. Na Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, a partir dos Acordos Coletivos se garantiu o acesso de dirigentes sindicais ao local de trabalho e a criação de uma “Comissão de Fábrica”, constituída por operários sindicalizados. Além disso, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) também surge como um importante instrumento de conscientização dos trabalhadores e de elevação do nível das discussões (MANGABEIRA, 1993), uma vez que lida com questões cotidianas do trabalho, como a saúde e a segurança.

Criada pela CLT para funcionar de modo burocrático, a CIPA foi transformada em instrumento de mobilização política no chão de fábrica. Em outras palavras, de um canal aberto pela legislação governamental para permitir uma certa discussão e melhoramento dos índices de acidentes e riscos no trabalho, a CIPA foi utilizada pelos “novos sindicalistas” como um canal adicional de mobilização e organização dos trabalhadores, através de reuniões e cursos (MANGABEIRA, 1993, p. 132).

O avanço da organização dos trabalhadores no local de trabalho é uma característica que rompe com o antigo modelo burocrático de ação sindical e marca os sindicatos do Novo Sindicalismo. Nas observações de Mangabeira, compreendidas entre os anos de 1983 e 1990, são relatados inúmeros movimentos de greve, muitos em decorrência das Campanhas Salariais, mas também contramedidas governamentais, tais como o congelamento e as perdas nos salários e as tentativas de privatização da usina, o que alcança prestígio ao Sindicato e impacta a autoestima dos trabalhadores. Nesse processo, argumenta a autora, houve uma transformação da cultura política do chão de fábrica, muito em decorrência dos novos líderes serem os próprios operários metalúrgicos, o que denota de um alto nível de identidade entre as necessidades e os objetivos dos trabalhadores.

No entanto, se antes havia distanciamento entre os sindicatos e os trabalhadores, é justamente do avanço dos processos organizativos e participativos, assim como da complexificação das divisões internas do Sindicato, que surgem os

dilemas deste novo modelo. Apesar da representação nos locais de trabalho e a responsabilidade da liderança perante as bases serem objetivos intensamente perseguidos pelos novos sindicalistas, a institucionalização de um novo movimento sindical culminou na escolha entre o formato de “democracia ativa” ou “democracia passiva”, uma vez herdada uma estrutura burocrática e assistencialista que se contrapõe a um período de intensa atividade reivindicativa na base. Havia, como aponta Mangabeira (1993, p.198), a necessidade de definir os objetivos de longo prazo de um sindicato do novo tipo, ou seja, a busca de objetivos “instrumentais e negociáveis” ou objetivos mais radicais de mudança social.

Desta linha, decorre um aspecto fundamental na relação com os trabalhadores, que diz respeito às concepções divergentes sobre os objetivos do Sindicato, dilema também constatado pela autora. Para ela, as contradições surgem na medida em que as lideranças se empenham em um processo de intercâmbio político mais amplo, no qual a base operária geralmente não se envolve. Neste sentido, para os trabalhadores se faz nítida a distinção das esferas entre “política sindical” e “política nacional”, o que, no caso dos metalúrgicos de Volta Redonda, resultou em críticas às relações políticas do Sindicato, assim como revisão sobre a adesão nos movimentos grevistas. Para a autora

[...] desde a primeira greve na usina, em 1984, muitas mudanças se tinham processado na percepção dos trabalhadores a respeito da atividade grevista. No início, seu desenvolvimento baseava-se, em grande parte, no reconhecimento do Sindicato como uma organização confiável e combativa. Contudo, as opiniões políticas seguiram rumos diferentes e a unidade alcançada durante as primeiras greves já não existia em 1989. Os trabalhadores formulavam críticas a “justiça” de determinadas greves e ao modo de conduzi-las e termina-las. Alguns metalúrgicos criticavam muito a participação do Sindicato em greves nacionais, que chamavam de “greves políticas” (MANGABEIRA, 1993, p.141).

Apesar de o Novo Sindicalismo ter representado um período de avanços e renovações para a ação sindical e para a representação da classe trabalhadora no Brasil, é preciso destacar que a cultura operária possui características que persistem desde o processo de industrialização no país, de forma mais específica e acentuada no que diz respeito às relações com o campo político.

A concepção do Sindicato enquanto força política da classe trabalhadora parece restrita às lideranças sindicais, na medida em que os trabalhadores utilizam de maneira mais racional a luta sindical, para atender reivindicações pontuais no

cotidiano do trabalho. Deste aspecto, que parece central tanto na investigação sobre o setor automotivo quanto junto aos metalúrgicos de Volta Redonda, se orientam as demais percepções sobre o sindicato, assim como possíveis inclinações à participação e à adesão por meio da sindicalização.

3.3. ENQUETE OPERÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A COMPOSIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Empreender investigações sobre os trabalhadores e trabalhadoras não é um processo exclusivo daqueles que desejam compreender e organizar a classe. Surgida em meio à industrialização capitalista da Europa na primeira metade do século XIX, a Enquete Operária foi uma ferramenta utilizada pelo governo e pelas classes dominantes para tentar entender a “questão operária” e propor diversos remédios (THIOLLENT, 1985, p.103), principalmente em razão das revoltas trabalhistas que ameaçavam a estrutura do poder político e social. Posteriormente, junto à tradição socialista de investigações, tomou o caráter de instrumento de autoconhecimento da classe, sendo o questionário elaborado por Karl Marx em 1880 o mais difundido e discutido no campo das investigações operárias.

O período de ascensão industrial na Itália, com expressivas transformações sociais e no modo de produção capitalista, reacendeu o método e levou o foco das investigações para o trabalho nas fábricas, rendendo uma série de estudos que se utilizam do modelo de investigação como uma abordagem metodológica, como discute Jamie Woodcock (2014).

O inquérito operário de Marx (1938) foi redescoberto e republicado em Quaderni Rossi (Lanzardo, 1965). Houve estudos de lutas históricas da classe trabalhadora como a pesquisa de Sergio Bologna (1972) sobre exemplos de conselhos operários e a luta pelo controle operário. Mario Tronti e outros se concentraram em “retraçar e ir atrás da ascensão do fordismo”, com um exame da “relação entre composição de classe e organização da classe trabalhadora” (CLEAVER, 1979: p.67 Apud WOODCOCK, 2014, p. 503, tradução nossa).

Robert Ovetz (2021, p.8) destaca o modelo da investigação como uma “ciência de classe”, principalmente pelo seu papel político, com clara posição ideológica na tentativa de identificar, documentar, compreender, e fazer circular as táticas, estratégias, formas de organização e objetivos das lutas dos trabalhadores

em análise. As discussões recentes sobre as investigações operárias reafirmam o compromisso do método com a luta dos trabalhadores, como também afirma o autor.

Um inquérito aos trabalhadores desempenha um papel crucial duplo: para os trabalhadores se informarem sobre o seu próprio poder de classe numa luta particular, e para fornecer um modelo para os trabalhadores emularem nas suas próprias lutas noutra lugar. Um inquérito descobre as táticas, estratégias, organização, formas e objetivos tanto do capital como dos trabalhadores com a intenção de fornecer as informações necessárias sobre as posições de poder de cada um, a fim de promover o sucesso da luta dos trabalhadores (OVETZ, 2021, p.6, tradução nossa).

Assim, é possível afirmar que uma investigação operária é um processo que antecede a ação política, na prática, apesar de sua própria operacionalização ser carregada de sentidos políticos e de formação. Também, se sabe que deve ser utilizada como base para o planejamento das estratégias de luta, pois se objetiva justamente na compreensão do campo da classe trabalhadora. Nesta linha, Ovetz (2021) reforça a ideia de que a ação política não deve ocorrer sem que antes se estude a composição da classe trabalhadora e as condições nas quais estão inseridos os trabalhadores.

Não deveria haver nenhuma luta antes de sabermos quem somos, as condições sob as quais trabalhamos, como o Capital está organizado, as suas fraquezas e pontos de asfixia, bem como as nossas fontes de força, poder, e alavancagem (OVETZ, 2021, p.2, tradução nossa).

Em meio à complexificação das relações de trabalho e da própria composição da classe trabalhadora, uma investigação operária é um primeiro passo para desvendar um processo que ainda se encontra em formação, assim como também se diferencia das investigações tradicionais a partir da importância da informação obtida pelo contato imediato com as pessoas envolvidas no campo da pesquisa (THIOLLENT, 1985), o que não dispensa o uso de outros dados e levantamentos que versem sobre a classe trabalhadora como fonte de documentação.

Além do processo de investigação, enquanto uma ação política que pode ser empreendida pelos sindicalistas e por todos aqueles que desejam contribuir com a construção de estratégias para a classe trabalhadora, é preciso atentar para a formulação do questionário, de modo que o seu preenchimento propicie espaço para a reflexão sobre as condições de trabalho e a realidade na qual estes estão inseridos, como destaca Thiollent.

As perguntas contidas no questionário estimulam os respondentes a explorarem o universo das condições de trabalho e de remuneração ligadas às relações de produção capitalistas. Em vez de ser incitado a manifestar apenas sentimentos, afetos ou opiniões, o respondente é convidado a descrever o que ele conhece a partir da sua própria experiência na vida material. Na atividade mental do respondente, a enquete operária privilegia o processo cognitivo em detrimento do processo afetivo (THIOLLENT, 1985, p. 105).

Os resultados da investigação, como afirma o autor, se mostram mais importantes pela via da interpretação qualitativa, na medida em que a informação coletada, em vez de adição de opiniões individuais, dá uma certa visão do nível de explicação acessível à consciência dos trabalhadores entrevistados (THIOLLENT, 1985), o que possibilita compreender a lógica de raciocínio e das percepções da classe não somente a respeito da problemática mais objetiva posta pela investigação, mas também sobre os mais diversos aspectos que estruturam as relações de trabalho. Desta forma, a sequência das perguntas e toda a fundamentação teórica contida na investigação é também um exercício para romper com o senso comum e com as ideias que afastam os trabalhadores de sua realidade. Para Thiollent (1985) em cada sequência de pensamento

[...] é necessário detectar a presença de elementos de senso comum e de ideologias de diversas origens, trata-se de uma análise dos elementos que compõem o pensamento popular a respeito de certas categorias de problemas que não são artificialmente criados pelos objetivos da pesquisa e sobre os quais cada um dos respondentes pode refletir por estar neles diretamente implicado. Não é registro passivo. É registro analítico pelo qual avalia-se o que é ou não perceptível no que se refere às questões da consciência da classe (THIOLLENT, 1985, p.109).

Contudo, é preciso destacar que uma Enquete Operária não deve ser compreendida como uma finalidade para a conscientização da classe trabalhadora, mas sim, como um instrumento capaz levantar informações pertinentes àqueles que buscam discutir estratégias de luta, bem como um meio que permite a reflexão dos trabalhadores sobre as próprias condições de trabalho. O trabalho de conscientização ocorre por meio da presença, da participação e do diálogo constante com os trabalhadores a partir daqueles que se propõem à organização da classe.

O papel “conscientizador” da enquete não é associado à “ilusão” de falar com o conjunto da população ou da classe considerada. Trata-se, como já sugerido, de um descondicionamento para com o senso comum ou a ideologia dominante, de tal modo que seja possível a descrição do universo

de vida ou de trabalho, o qual é dificilmente atingido por outros procedimentos (THIOLENT, 1985, p.113).

As experiências de investigação com grupos de trabalhadores nos dão indícios de que as enquetes, enquanto ferramentas de produção de conhecimento, podem encontrar limitações em espaços onde a participação operária na construção das lutas é baixa ou inexistente. Este foi o caso do estudo empreendido junto a trabalhadores de um *call center* na Alemanha (KOLINKO, 2002 *apud* WOODCOCK, 2014, p.508). Embora tenham introduzido no estudo o desejo de combinar “a raiva contra a exploração cotidiana com o desejo e a busca pelas lutas que podem superá-la”, a ausência de auto atividade dos trabalhadores tornou-se o fator crítico da investigação, porém, não menos importante e até revelador no sentido de que as enquetes contemporâneas contribuem para compreensão de mudanças significativas, tais como as novas formas de trabalho e o impacto do neoliberalismo na classe trabalhadora.

Na atualidade, novas ferramentas contribuem e facilitam o processo de investigação, visto que as transformações no campo do trabalho romperam com os espaços tradicionais de atuação dos trabalhadores e cada vez mais exigem novas formas de mobilização. De acordo com Woodcock (2014)

Uma investigação contemporânea pode recorrer a muito mais ferramentas do que Marx ou as tentativas posteriores tinham à sua disposição. Há uma série de recursos digitais que podem ser usados: pesquisas online, fóruns de discussão e blogs. Esses métodos tornam significativamente mais fáceis coletar e compartilhar experiências de locais de trabalho (WOODCOCK, 2014, p. 510, tradução nossa).

Com base nas discussões até aqui apresentadas, a sessão seguinte se volta às observações quanto ao método, a partir da instrumentalização de uma pesquisa no modelo das enquetes operárias junto ao grupo do Macrossetor da Indústria da Central Única dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul (CUTRS). O trabalho de elaboração do formulário ocorreu de forma coletiva, a partir de inúmeros encontros virtuais que permitiram a discussão dos propósitos da investigação. Neste espaço, foi possível não somente auxiliar e acompanhar os sindicalistas no trabalho político sindical, mas também observar as limitações no campo estratégico, que dialogam com os apontamentos iniciais do estudo sobre a dificuldade de transição do discurso para a prática.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesta sessão da pesquisa, serão apresentados os aspectos metodológicos, divididos em três etapas. Inicialmente, se faz uma breve descrição da construção do questionário de investigação, anexado ao Apêndice desta dissertação. O mesmo foi discutido e elaborado entre os meses de fevereiro e maio de 2021, por meio de encontros virtuais organizados junto às lideranças do Macrossetor da Indústria da CUTRS.

Na sequência, passo para a descrição da aplicação da pesquisa, que foi organizada e realizada em conjunto com os diretores sindicais de cada setor. Neste momento, ressalta-se o trabalho de campo realizado pelos sindicalistas, as dificuldades e avanços observados na aplicação do questionário, empreendido no modelo virtual e presencial que, por sua vez, resultou em um recorte para o setor metalúrgico, de modo específico junto ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita, para fins de análise dos dados.

A validação dos dados e a organização da amostra precedem uma breve descrição estatística, de modo a complementar as informações sobre o perfil dos trabalhadores na categoria e abrir caminhos para uma análise sobre o fenômeno da sindicalização, de forma mais específica, verificando as associações para a adesão ou não da luta sindical.

4.1 PENSANDO A INVESTIGAÇÃO DE FORMA COLETIVA

A opção de realizar uma investigação no modelo da Enquete Operária teve como objetivo central experimentar um método que possibilita o acesso ao local de trabalho e, ao mesmo tempo, permite que a instrumentalização seja uma ação político sindical na base dos trabalhadores.

Desta forma, o processo de elaboração de um questionário estruturado teve início em fevereiro de 2021, a partir de encontros virtuais e com um documento compartilhado com todo o grupo. Uma base de perguntas iniciais e essenciais à pesquisa foi pensada previamente, assim como os seus formatos. Coube aos sindicalistas pensar a temática da investigação, os assuntos que seriam desenvolvidos e alguns objetivos mais específicos do estudo. Como mencionado na introdução desta dissertação, a proposta da pesquisa surgiu de conversas com as

lideranças do Macrossetor da indústria da CUT-RS (MSI-CUTRS), logo, no período das discussões temáticas, apenas se reforçaram as preocupações quanto aos sentidos e as expectativas dos trabalhadores em relação ao trabalho dos sindicatos.

Além de investigar os aspectos relacionados com a identificação dos trabalhadores, assim como com as condições de trabalho, renda e moradia, que por si só permitem constatações relevantes sobre o perfil dos trabalhadores nas categorias, o grupo mostrou interesse em avançar nas percepções sobre as transformações no campo do trabalho, buscando informações sobre a existência de atividades não relacionadas com o trabalho nas empresas, assim como a expectativa dos trabalhadores com o futuro. Ambos os aspectos têm relação com temas bastante recentes no campo do trabalho, como a queda do poder aquisitivo e o crescimento do trabalho informal, bem como as mudanças empreendidas pelo Governo Federal em 2019 sobre a Previdência Social, que passou a significar para muitos trabalhadores o fim de qualquer chance de se aposentar.

No eixo considerado mais relevante ao grupo, foram alocadas as questões a respeito da representação sindical e a participação dos trabalhadores. Considerando que a participação é também um reflexo da percepção do trabalhador sobre o Sindicato, as perguntas buscaram não só verificar se há ou não participação, mas também em que formato ela ocorre e a partir de qual conhecimento sobre o Sindicato e sua estrutura. Sobre a representação, buscou-se investigar as percepções sobre a presença do Sindicato nas empresas, seja por meio de diretores sindicais no local de trabalho ou de visitas do Sindicato. E fechando o bloco, investiga-se a percepção dos trabalhadores a respeito do trabalho coletivo dos sindicatos, principalmente por meio das negociações coletivas que são o carro chefe das entidades.

Por fim, foram incluídas questões que versam sobre a ideologia dos trabalhadores e trabalhadoras, de forma a perceber possíveis atravessamentos sobre os sentidos de coletividade. Há no movimento sindical uma relação muito estreita com a política partidária. Nos sindicatos ligados à CUT, em especial, estão as ligações com o Partido dos Trabalhadores (PT). Neste sentido, havia no grupo uma preocupação coerente quanto ao tema da política, principalmente em um período de intensa polarização, o que poderia inibir a participação dos trabalhadores que julgassem tendenciosa a investigação. Assim, se optou por trabalhar o eixo a partir de uma investigação em escala entre Esquerda e Direita, que se complementa

com perguntas sobre a confiança nas instituições e a participação política. Ainda, foram acrescentadas questões sobre o consumo de notícias e a socialização política.

Com a definição dos temas e das questões, ocorreu a organização e a confecção do questionário, que foi aplicado no formato físico e virtual. Na segunda quinzena de abril de 2021 ocorreu o processo de testagem, a partir da ferramenta virtual criada no Google Formulários. Neste momento, foram realizadas reuniões separadas com os setores para apresentar a condensação de nossas reflexões sobre os temas da investigação, e também orientar quanto à necessidade de todos responderem a fim de revisar possíveis erros e, principalmente, a formulação das perguntas. Aqui, a preocupação se deu em torno da compreensão dos trabalhadores e trabalhadoras sobre o que estaria sendo questionado, e sendo os sindicalistas também trabalhadores das categorias que participariam da investigação, somente eles poderiam assegurar que na formulação do material não estariam contidos termos complexos ou frases de difícil compreensão.

O formulário final ficou organizado no seguinte formato: Identificativo; Condições de Trabalho, Renda e Moradia; Representação Sindical; e Cultura Política / Consumo Cultural. No total, foram estabelecidas 40 perguntas fechadas e uma questão final aberta, com espaço para reflexão e comentários sobre o inquérito.

4.2 OS SINDICALISTAS PROTAGONISTAS DA INVESTIGAÇÃO

Na segunda quinzena de maio de 2021 ocorreu o início da investigação. Ficou definido que o formulário virtual ficaria disponível entre os dias 15 e 21 de maio. Já a aplicação do formulário impresso se daria por um período maior, até porque exigiria dos sindicalistas organização e presença física, aspecto bastante comprometido em razão da pandemia da Covid-19. A escolha pelo formato de aplicação foi individual de cada sindicato, considerando a capacidade e a organização das entidades. As federações de cada setor ficaram responsáveis por acompanhar e auxiliar na aplicação, ainda que a pesquisadora tenha se mantido à disposição do grupo durante todo o tempo para ajudar na instrumentalização.

Na primeira semana, foi possível perceber maior retorno de respostas na enquete virtual. Os sindicatos dos setores metalúrgico, papel e papelão, calçadista e petroquímico relataram o envio em grupos de fábrica e listas de *whatsapp*. Outros setores, como os sindicatos da alimentação e os moveleiros, relataram que o

empenho maior seria nos formulários impressos. Após uma reunião geral com o grupo para avaliação dos primeiros esforços, foi deliberada a permanência do *link* aberto por mais uma semana, período em que os sindicatos iriam reforçar o trabalho virtual. A investida resultou em mais participação da categoria metalúrgica, na contramão dos demais setores que continuavam apresentando limitações para avançar na investigação.

O fechamento do número de participantes na enquete virtual finalizou da seguinte forma: 263 respostas virtuais no setor Metalúrgico; 13 respostas virtuais no setor de Celulose, Papel e Papelão; 31 respostas virtuais no setor Calçadista; nenhuma resposta virtual no setor de Alimentação; nenhuma resposta virtual no setor de Construção Civil; 3 respostas virtuais no setor Moveleiro; 11 respostas virtuais no setor Petroquímico; e nenhuma resposta virtual no setor Químico.

Após o fechamento do *link*, se deu continuidade à aplicação dos formulários impressos, onde também foram percebidas limitações dos sindicalistas no trabalho de campo. Além da dificuldade em organizar a investigação de forma presencial nas fábricas, a recepção dos formulários nos locais de trabalho nem sempre foi positiva, como afirmaram alguns diretores. Em uma empresa de Porto Alegre, afirmou um diretor, um trabalhador riscou o número 17 na folha e entregou sem preencher. Em outra, de Canoas, a enquete foi entregue rasgada, sem qualquer preenchimento. Considerando que muitas vezes durante o período da jornada são poucas as pausas que os trabalhadores realizam, bem como o receio quanto a possíveis retaliações por parte da empresa, a estratégia mais utilizada pelos sindicalistas foi a de fazer a conversa e a entrega da pesquisa em um dia, para coletar no dia seguinte. Ainda assim, o retorno dos formulários permaneceu baixo na maioria dos setores, o que, apesar de impactar a análise mais ampla na totalidade das regiões abrangidas pelo Macrossetor da CUTRS, corrobora com as percepções iniciais do estudo a respeito do distanciamento entre os sindicatos e os trabalhadores, refletido agora na instrumentação da pesquisa e na baixa participação das categorias.

No entanto, em acordo com os indícios que surgiram durante as observações do trabalho de campo, a operacionalização realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita resultou em uma amostra viável para fins de análise dos dados. No campo virtual, a entidade obteve 170 respostas, e posteriormente, realizou a coleta de mais 189 formulários impressos, totalizando 359 questionários.

De modo geral, a investigação junto ao Macrossetor da CUT-RS abriu espaço para uma perspectiva que até então não vinha sendo explorada nas discussões do grupo sobre a reestruturação sindical. O trabalho coletivo na elaboração, tanto do questionário quanto na organização da aplicação, possibilitou que os sindicalistas vivenciassem o desafio de retornar às bases em um contexto de complexificação da composição da classe trabalhadora. A insuficiência de dados dos demais setores e sindicatos não compromete a proposta do estudo, pelo contrário, incentiva uma reflexão acerca da ação político sindical nos dias atuais, pois mostra em seu processo de instrumentalização as limitações contidas na base no movimento sindical para pôr em prática um discurso bastante difundido pelas cúpulas.

4.3 ESTRUTURAÇÃO E VALIDAÇÃO DA AMOSTRA

Como mencionado anteriormente, a junção das respostas obtidas a partir da participação virtual dos trabalhadores e do questionário impresso aplicado na base do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita totalizou 359 formulários respondidos. A organização dos dados se deu em torno de uma amostra aleatória estratificada, que se baseia em ponderar, em seu cálculo, a representação proporcional de cada subconjunto da população (FIGUEIREDO FILHO, 2019). Para isso, aponta o autor, se exige do pesquisador conhecimento prévio acerca da proporção de cada estrato da população. No presente estudo, foi utilizado para fins de validação da amostra um levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a respeito da base do Sindicato, assim como dados levantados junto à entidade a respeito dos números de sindicalizados.

A representação sindical do STIMMEC ocorre em dois municípios do Rio Grande do Sul e abrange 6.556 trabalhadores e trabalhadoras com vínculo formal de trabalho, distribuídos em mais de 850 empresas. Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os homens são maioria na base, representando 82,2% da força de trabalho. Em relação à idade, a média na categoria é de 39 anos, e mais da metade dos trabalhadores e trabalhadoras possui o ensino médio completo no nível de escolaridade. As variáveis de gênero, escolaridade e idade traçam o perfil estatístico dos metalúrgicos e metalúrgicas na

base do Sindicato, bem como conferem confiabilidade à amostragem coletada pelo Sindicato.

No desenho amostral também se verifica que os trabalhadores sindicalizados foram superestimados, representando 63,8% dos respondentes, sendo o índice real de sindicalização na base pouco acima de 20%. Tal falta de correspondência entre o plano amostral e a realidade do quadro de associação do sindicato prontamente traduz certa dificuldade em construir diálogo com a base, em especial, com aqueles trabalhadores que não se sentem convencidos sobre a importância da sindicalização.

Deste modo, para evitar inclinações nas interpretações, uma divisão dicotômica será mantida, o que permite verificar tendências entre os dois grupos a partir de análises bivariadas, onde a operacionalização de uma variável sobre a sindicalização será mantida. Na tabela 1 é

Tabela 1 - Distribuição de Frequências (Amostra x RAIS)

Dados	(1) Gênero	(2) Escolaridade	(3) Idade	(4) Sindicalização*
Amostra (359 respondentes)	81,6%	51,3%	40 anos	63,8%
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (2020)	82,2%	56,4%	39 anos	22,62%**

Fonte: Nossa pesquisa (2022).

(1) Homens em Canoas; (2) Ensino Médio Completo (total); (3) Idade Canoas; (4) Associação.

*Segundo dados obtidos junto ao Sindicato, o quadro de associação conta com 1483 trabalhadores sindicalizados em 63 empresas (em um total de 855 empresas com CNPJ ativo). Esse número de sindicalizados não inclui os associados na categoria aposentado/a ou solidário/a.

**Porcentagem calculada em cruzamento com o total de trabalhadores da base de Canoas e Nova Santa Rita, segundo dados da RAIS, (5.744 de Canoas; 812 de Nova Santa Rita; 6.556 no total) e o quadro de associação informado pelo Sindicato.

As variáveis do primeiro e segundo eixo foram diretamente observadas, com o objetivo de construir um perfil da categoria e traçar alguns apontamentos sobre aspectos na base do Sindicato, que serão apresentados nas descrições estatísticas da amostra. Gênero, Escolaridade, Idade e Setor de Atuação também estão presentes em cruzamentos da análise sobre o tema da sindicalização, no capítulo 5. Para isso, foi realizada uma operação simples sobre a variável “*Você é associado a um Sindicato?*”, transformando-a em uma questão dicotômica. Também foram operacionalizados os conceitos de *Participação* e *Ideologia* a partir das questões do

terceiro e do quarto eixo da investigação. Segundo Figueiredo Filho (2019), a maior parte dos fenômenos de interesse em ciência política não pode ser diretamente observada motivo pelo qual há necessidade de uma medição indireta a partir da transformação de um conceito abstrato em um atributo empírico.

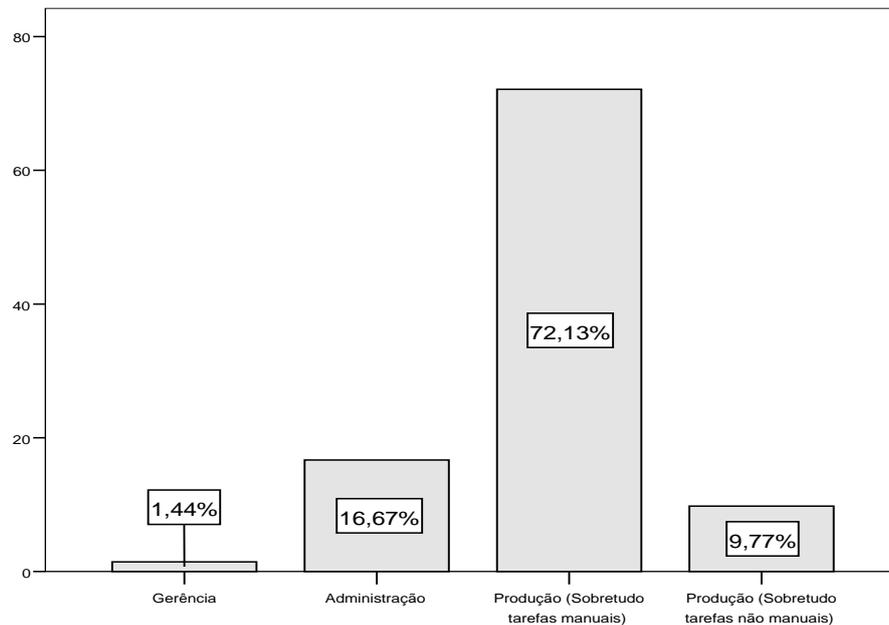
Para mensurar os sentidos de participação na base do Sindicato, foi considerada a forma como o trabalhador acompanha a atuação da entidade (questão nº 28), assim como o conhecimento e a avaliação sobre o trabalho dos dirigentes sindicais (questão nº 30), operacionalizando o conceito a partir da observação destes indicadores.

A questão ideológica na categoria se mede a partir de uma união de múltiplas variáveis, não só para constatar o posicionamento político, mas também os atravessamentos ideológicos nos sentidos da coletividade. Assim, se considera a posição do trabalhador entre Direita e Esquerda (questão nº 35), a avaliação a partir de afirmações sobre as negociações e os acordos coletivos (questão nº 32) e a avaliação de afirmações em relação ao Sindicato (questão nº 33). A elaboração das questões utilizou-se das escalas de avaliação, que são especialmente relevantes para mensurar conceitos e fenômenos que não são diretamente observáveis (FIGUEIREDO FILHO, 2019). Em especial, o modelo de escala *Likert*, que permite medir a intensidade das respostas.

4.4 DESCRIÇÕES ESTATÍSTICAS DA AMOSTRA

A partir das informações que complementam a estruturação da amostra do STIMMEC, é possível inferir uma breve exposição a respeito do perfil dos trabalhadores e trabalhadoras. Além da predominância dos homens, o trabalho no campo de produção fabril, sobretudo em tarefas manuais, representa mais de 70% dos respondentes (Gráfico 1), dando indícios de que este é o setor de maior influência e presença na base. Também se constata a partir desta informação que se mantém até os dias atuais características tradicionais do setor metalúrgico, tais como o trabalho masculino e de maior presença nas áreas de produção.

Gráfico 1 - Você atua em qual setor da empresa?



Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

No entanto, outro aspecto que se destaca é a distribuição das mulheres na base do Sindicato (Tabela 2). No cruzamento entre gênero e setor, enquanto os homens se concentram mais nas áreas de produção, há indícios de que as mulheres apresentam uma distribuição mais heterogênea, marcando presença no chão de fábrica, mas também nos setores administrativos. Aqui, colocam-se questões importantes para se pensar a respeito do perfil e das características da base de Canoas e Nova Santa Rita. A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho aponta que os sindicatos precisam pensar ações voltadas às questões de gênero, inclusive apostando em quadros diretivos mais representativos⁹ e preparados para atender demandas específicas, que corriqueiramente envolvem os temas de assédio sexual e machismo. No campo econômico também é importante que se trave uma luta mais atenta às mulheres, considerando a tendências de ganhos salariais inferiores, que na base do Sindicato representam, em média, até mil reais mensais a menos do que os homens¹⁰.

⁹ A própria composição da direção do STIMMEC conta com a presença de apenas uma mulher, de acordo com as informações coletadas no site da entidade.

¹⁰ Salário Médio segundo sexo – Indústria Metalúrgica (Dieese, 2020).

Tabela 2 - Setor da Empresa x Gênero

Você atua em qual setor da empresa	Masculino	Feminino
Gerência	1,4%	1,7%
Administração	13%	33,3%
Produção (sobretudo tarefas manuais)	75,4%	56,7%
Produção (sobretudo tarefas não manuais)	10,2%	8,3%
Total	100%	100%

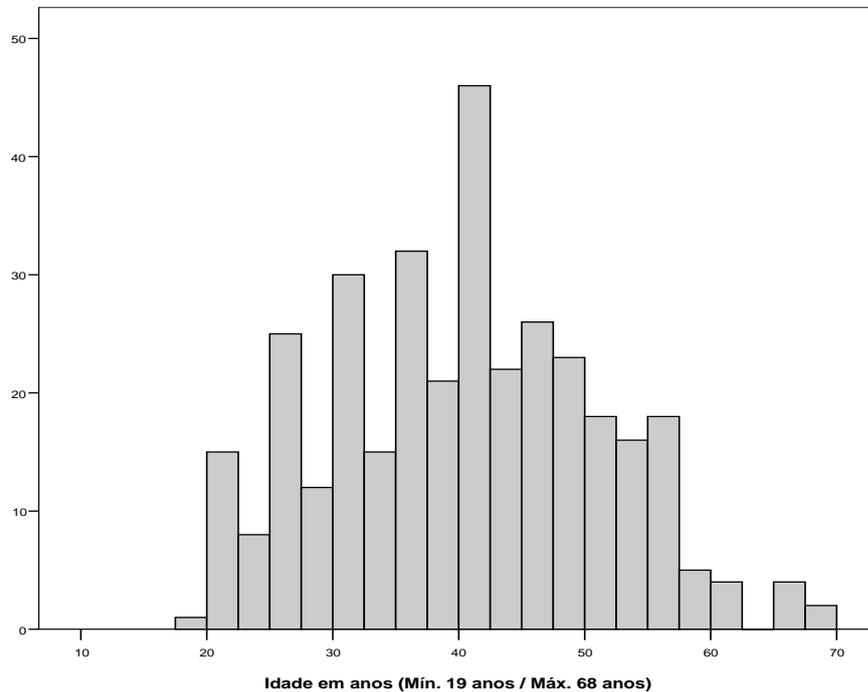
Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

A ação sindical mais voltada ao trabalho de produção nas fábricas, que é uma característica bem marcada da categoria metalúrgica, também pode afetar a representação sindical das mulheres, uma vez que estas estão presentes de forma mais expressiva nos setores administrativos. Recentemente, o trabalho na modalidade *Home Office*, por exemplo, elencou uma série de especificidades que merecem maior atenção, e que exigem uma nova dinâmica de negociação e até de mobilização para os trabalhadores¹¹.

A média de idade dos trabalhadores, conforme o gráfico 2, também aponta que não se trata de uma base com presença significativa da juventude, característica que se confirma quando observada a distribuição das respostas na amostra. A faixa etária compreendida entre os 19 anos, idade mínima apontada, e os 29 anos não atinge 20% dos respondentes da investigação. Maior peso na participação se verifica na faixa etária 40-49 anos, onde se observa um salto de 49,3% para 80,5% no percentual acumulado.

¹¹ Segundo nota técnica divulgada em abril de 2021 pelo Dieese, o trabalho remoto integrou 13,7% das tratativas entre sindicatos e empresas. Na indústria, o percentual foi menor (9,7%), mas representa expressivo crescimento, visto que em apenas um ano o número de mesas de negociações que abordaram o tema passaram de 66 para 708 no setor.

Gráfico 2 - Idade



Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

No que diz respeito ao vínculo empregatício (Tabela 3) e à jornada de trabalho (Tabela 4), a investigação aponta predominância na contratação com carteira de trabalho assinada (96,1%), e percentual significativo de trabalhadores e trabalhadoras que cumprem mais de 40 horas semanais de trabalho (77,7%), o que configura um quadro de representados que, em sua maioria, ainda goza de direitos e proteção da legislação trabalhista / previdenciária.

Tabela 3 - Contrato de Trabalho

Com relação ao seu trabalho, que tipo de contrato você possui?	Frequência	%
Carteira de Trabalho Assinada	395	96,1%
Contrato Temporário	12	3,3%
Contrato Intermitente	2	0,6%
Total	359	100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Tabela 4 - Jornada de Trabalho

Quantas horas de trabalho por semana estão previstas em seu contrato?	Frequência	%
Menos de 20hs por semana	2	0,6%
Entre 20hs e 30hs por semana	6	1,7%
Entre 31hs e 40hs por semana	65	18,5%
Mais de 40hs por semana	271	77,2%
Outro	7	2%
Total	351	100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Porém, apesar do trabalho formal representar quase que a totalidade dos participantes, a investigação constatou relatos sobre a necessidade de atividades extras para complemento da renda mensal, como aponta a Tabela 5. Em uma distribuição dicotômica simplificada, 12,5% dos respondentes afirmaram que realizam outra atividade além do trabalho na empresa. Dentre as atividades mencionadas estão: artesanato, manutenção e conserto de computadores, frete, *freelancer* de website, instalações elétricas, motoboy, motorista de aplicativo, pedreiro, revenda de semijoias e roupas, entre outros.

Tabela 5 - Informalidade

Você possui outra atividade fora do contrato de trabalho para aumentar sua renda? Se sim, informe qual?	Frequência	%
Sim	45	12,5%
Não	234	65,2%
Não responderam	80	22,3%
Total	359	100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

A presença de atividades que complementam o orçamento dos trabalhadores deve acender um alerta para os sindicatos, na medida em que pode traduzir a existência de rebaixamento ou desvalorização da renda, não só individual do trabalhador ou da trabalhadora, mas também familiar, que faz com que se busquem alternativas para complementar os ganhos. Outra questão relacionada que merece atenção diz respeito às jornadas extenuantes, que podem ser uma realidade de muitos trabalhadores no campo formal. Na investigação empreendida pelo

STIMMEC, como já apontado, grande parte dos trabalhadores afirma atuar mais de 40 horas semanais que, quando acrescidas da necessidade de atividades extras, prejudicam a capacidade do trabalhador de exercer funções privadas e sociais.

Quando analisadas a composição e a totalidade dos ganhos na base do Sindicato (Tabelas 6 e 7) também se verificam aspectos importantes relacionados à valorização salarial. Metade dos participantes da investigação afirma que para o sustento da família a renda é conjunta com o/a cônjuge e que, mesmo havendo a possibilidade de somatória de ganhos, para 70% dos respondentes não é possível obter mais do que R\$ 4 mil reais mensais.

Tabela 5 - Renda familiar

Para o sustento da sua família, a renda total é...	Frequência	%
Única, pois sou o único/única provedor/a de renda da casa.	136	38,5%
Conjunta com a de meu/minha cônjuge	179	50,7%
Conjunta com a de meu(s) filho(s) e filha(s)	6	1,7%
Conjunta com a de meu/minha cônjuge e filhos	8	2,3%
Conjunta com a de meus pais	20	5,7%
Conjunta com vários familiares (cônjuge, filhos, pais, outros).	3	0,8%
Outro	1	0,3%
Total	353	100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Tabela 6 - Composição da Renda Familiar

Somando a sua remuneração com a das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?	Respostas	%	% Acumulado
Menos de 1000 reais	3	0,9%	0,9%
De 1.000 a 2.000 reais	50	15,3%	16,3%
De 2.001 a 3.000 reais	83	25,5%	41,7%
De 3.001 a 4.000 reais	88	27,0%	68,7%
De 4.001 a 5.000 reais	43	13,2%	81,9%
De 5.001 a 6.000 reais	22	6,7%	88,7%
De 6.001 a 7.000 reais	27	8,3%	96,9%
Mais de 7.000 reais	10	3,1%	100%
Total	326	100%	100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Os impactos também podem ser medidos a partir da avaliação quanto à organização do orçamento (Tabela 8), proposta em uma das questões da investigação. Em uma escala onde 0 representa nada satisfeito e 5 representa muito satisfeito, a pontuação média de cada item também pode ser interpretada pela perspectiva das prioridades. A alimentação aparece com maior média de avaliação, seguida da opção “*sustento próprio e da sua família*”, dando indícios de que, em um cenário de crise, com alta constante no custo de vida, os trabalhadores e trabalhadoras estão a priorizar a compra de alimentos em detrimento do custeio de contas e dívidas. O cenário se agrava quando observadas as opções relacionadas às práticas de lazer e à possibilidade de realizar economia de dinheiro, que são aspectos essenciais para o bem-estar e o sentimento de estabilidade da classe trabalhadora. Ambos os itens aparecem na investigação com baixa avaliação.

Tabela 7 - Organização do Orçamento Familiar

Com base na renda total de sua família, pontue de 0 a 5 o nível de satisfação em relação à organização do seu orçamento. <i>(0 = Nada Satisfeito / 5 = Muito Satisfeito)</i>	Média
1. Sustento próprio e de sua família	3,00
2. Realização de uma boa alimentação	3,22
3. Práticas de lazer (viagens, passeio, esportes, leituras...).	1,93
4. Economia de dinheiro (poupança, investimentos e aplicações)	1,32

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Ainda que se constate uma avaliação crítica quanto à renda, para 40,8% dos respondentes a condição de vida nos últimos cinco anos permaneceu estável, restando uma divisão equilibrada quanto à avaliação de piora ou melhora (Tabela 9). No entanto, ao atentar às faixas remuneratórias, a avaliação acompanha a capacidade dos ganhos, ou seja, para aqueles trabalhadores e trabalhadoras com baixa remuneração, a avaliação tende a ser mais negativa. Já para aqueles que apontam renda superior, principalmente acima de 5.000 mil reais, ocorre percepção de melhora ou estabilidade nas condições de vida.

Tabela 8 - Avaliação das Condições de Vida

Avaliando os últimos 5 (cinco) anos, você compreende que sua condição de vida....	Frequência	%
Melhorou	100	27,9%
Ficou estável	146	40,8%
Piorou	102	28,5%
Não sei responder	10	2,8%
Total	358	100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

A observação direta de variáveis dos dois primeiros eixos da investigação permitiu avançar sobre características dos metalúrgicos e das metalúrgicas na base do STIMMEC, de modo a perceber a continuidade de um perfil tipicamente masculino, de faixa etária avançada e empregado nas áreas de produção sob o regime CLT. No entanto, revelou que apesar de mantida a predominância um perfil tradicional, condizente com o operário clássico, os reflexos das transformações no campo do trabalho estão em curso na base, a partir da presença do trabalho

informal, das diferenciações existentes para o trabalho das mulheres e da perceptível queda no poder aquisitivo da categoria.

A próxima sessão segue com uma extensão destas percepções, a partir de uma análise sobre o fenômeno da sindicalização que se objetiva em verificar as associações contidas na relação do Sindicato com os trabalhadores sindicalizados e os não sindicalizados.

5 SINDICALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS

O cruzamento entre as variáveis de sindicalização e gênero (Tabela 10) não revela associações que impactam a decisão do trabalhador ou da trabalhadora no que diz respeito à adesão ao Sindicato. Considerando que os homens possuem maior participação na base da entidade, concentram-se também neles os maiores índices entre os sindicalizados (80,9%). Do mesmo modo, no grupo dos não sindicalizados eles apontam com expressiva presença, representando 85,5% dos trabalhadores e trabalhadoras que informaram não serem sócios, não querer ser sócio ou ter cancelado a associação no passado, o que reforça a constatação de que o gênero não detém associações com a sindicalização.

Tabela 9 - Sindicalização x Gênero

Com qual gênero você se identifica?	Sindicalizados	Não Sindicalizados	Total
Masculino	174 80,9%	106 85,5%	280 82,6%
Feminino	41 19,1%	18 14,5%	59 17,4%
Total	215 100%	124 100%	339 100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

No entanto, oportuno observar a distribuição dos gêneros em relação à sindicalização, onde se percebe que as mulheres acompanham uma tendência de crescimento da adesão sindical, que nos últimos anos apresenta redução gradativa na comparação com os homens sindicalizados no país¹². Enquanto 62,1% do total

¹² A “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua): Características Adicionais do Mercado de Trabalho 2019” aponta que do total de ocupados no Brasil, 11,4% dos homens estavam sindicalizados, enquanto entre as mulheres a porcentagem é de 10,9%. O estudo

dos homens que responderam a questão na enquete são sindicalizados, esse percentual sobe para 69,5% entre as mulheres.

O mesmo fenômeno ocorre no cruzamento entre as variáveis de sindicalização e raça (Tabela 11). Apesar de não se apresentar significativa associação com a sindicalização, nota-se que entre os trabalhadores e trabalhadoras da amostra que se autodeclararam pretos, pardos, indígenas e amarelos o índice de sindicalização é maior (66,3%) do que entre os sindicalizados que se autodeclararam brancos (63,5%).

Tabela 10 - Sindicalização x Raça

Você se autodeclara uma pessoa...	Sindicalizados	Não Sindicalizados	Total
Branca	153 63,5%	88 36,5%	241 82,6%
Preta	59 66,3%	30 33,7%	89 100%
Total	212 64,2%	118 35,8%	330 100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

A escolaridade na base do STIMMEC, conforme mostra a tabela 12, também não denota associações com a sindicalização quando observada a média de estudos dos trabalhadores metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita. Tanto nos dados da RAIS quanto na amostra coletada pelo Sindicato, a formação em nível médio completo representa mais da metade do grupo de trabalhadores e trabalhadoras. Esta faixa de escolaridade se relaciona positivamente com a sindicalização na amostra, representando 56,4% do total de sindicalizados.

No grupo dos não sindicalizados, no entanto, se observa que os trabalhadores nas faixas de formação de ensino superior (ensino superior incompleto, completo e pós-graduação), acumulam maior percentual de não adesão ao sindicato (48,8%), inclusive acima do total de trabalhadores não sindicalizados com nível médio de escolaridade (43,1%) e também na comparação com o acumulado das três faixas entre os sindicalizados (25,2%), dando indícios da baixa penetração do sindicato na camada de trabalhadores com maior formação.

afirma que o percentual maior de sindicalização entre os homens é um padrão que se observa desde 2012, contudo, com redução gradativa desta diferença.

Tabela 11 - Sindicalização x Escolaridade.

Qual o seu nível de escolaridade?	Sindicalizados	Não Sindicalizados	Total
Analfabeto	1 0,5%	0 0%	1 0,3%
1º grau incompleto	7 3,2%	2 1,6%	9 2,6%
1º grau completo	14 6,4%	2 1,6%	16 4,7%
2º grau incompleto	18 8,3%	6 4,9%	24 7%
2º grau completo	123 56,4%	53 43,1%	176 51,6%
Superior incompleto	31 14,2%	22 17,9%	53 15,5%
Superior completo	20 9,2%	23 18,7%	43 12,6%
Pós-graduado	4 1,8%	15 12,2%	19 5,6%
Total	218 100%	123 100%	341 100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Ao observar a idade dos trabalhadores, encontram-se associações com a decisão de se sindicalizar, considerando que não há equilíbrio de sindicalizados entre as faixas etárias. Na média geral (Tabela 13), os trabalhadores que informam serem sócios do sindicato possuem 42 anos, idade inclusive acima da média da amostra e das estatísticas da RAIS, o que dá indícios de um quadro associativo formado pelos veteranos. Entretanto, os trabalhadores que afirmam não estarem sindicalizados possuem, em média, 36 anos, o que reforça que as faixas etárias mais jovens encontram relutância em aderir á luta sindical na base do Sindicato.

Tabela 12 - Sindicalização x Idade

Qual a sua idade?	Frequência	Anos (Média)
Sindicalizados	209	42 anos
Não Sindicalizados	119	36 anos
Média Total	328	40 anos

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

O setor de atuação dos trabalhadores, conforme mostra a tabela 14, também mostra associações com a escolha de aderir ou não ao Sindicato. Nas áreas de produção a sindicalização se mostra positiva, com percentuais que atingem 69,9% entre os trabalhadores que executam tarefas manuais e 71,9% entre aquelas que executam tarefas não manuais. Na contramão destes índices, é nas áreas de administração das empresas onde se alocam os índices mais altos de não sindicalizados, representando 60,7% daqueles e daquelas que trabalham na administração e subindo expressivamente para 80% entre os que atuam na gerência das empresas.

Tabela 13 - Sindicalização x Setor

Você atua em qual setor da empresa?	Sindicalizados	Não sindicalizados	Total
Gerência	1 20%	4 80%	5 100%
Administração	22 39,3%	34 60,7%	56 100%
Produção (sobretudo tarefas manuais)	167 69,9%	72 30,1%	239 100%
Produção (sobretudo tarefas não manuais)	23 71,9%	9 28,1%	32 100%
Total	213 64,2%	119 35,8%	332 100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Nas primeiras observações em relação ao fenômeno da sindicalização, observa-se que a idade e o setor são os aspectos que mais pesam sobre a decisão de aderir à luta sindical, mostrando a importância do Sindicato se atentar às áreas e às faixas etárias menos tradicionais do campo metalúrgico. Porém, como apontado nas discussões introdutória da presente pesquisa, o desafio de mobilizar a classe trabalhadora está além do campo organizacional e integra a politização das lutas, uma vez a disseminação da ideologia neoliberal é característica e também estratégia do movimento de desmonte do trabalho no Brasil. Assim, a próxima sessão se dedica a verificar as associações com a sindicalização com base em dois conceitos operacionalizados a partir da amostra: a Participação e a Ideologia na base do STIMMEC.

5.1 A PARTICIPAÇÃO NA BASE DO STIMMEC

No que tange a participação na vida sindical na base metalúrgica de Canoas e Nova Santa Rita, foram elencados para medição alguns formatos que evidenciam relação e atividade junto ao Sindicato. Percentualmente, os sindicalizados demonstram maior participação nas opções que vão desde o acompanhamento da comunicação do Sindicato até a participação em discussões, assembleias e manifestações propostas pela entidade, o que reforça a relação positiva entre sindicalização e participação.

Os não sindicalizados, por sua vez, afirmam com maior ênfase não acompanhar de forma alguma a atuação da entidade, sendo esta a segunda opção mais recorrida pelo grupo na questão. Entretanto, de modo geral, a investigação mostra que a relação dos trabalhadores, tanto os sindicalizados quanto os não sindicalizados, com o Sindicato ocorre em larga escala por meio da comunicação, a partir das informações que são captadas através dos jornais e boletins informativos, bem como nas redes sociais e demais plataformas virtuais da entidade (Tabela 15).

Tal aspecto pode até indicar a eficiência do composto comunicacional do Sindicato, capaz de incentivar o acompanhamento das atividades sindicais por estes canais. Porém, é preciso considerar que a baixa participação orgânica dos trabalhadores é um traço característico do sindicalismo no Brasil, o que confirma a presença quase que inexpressiva da categoria nas atividades mais ativas, não necessariamente presenciais, como se verifica na opção de participação em *“discussões e reuniões em plataformas virtuais do Sindicato”*, que se apresenta como a menos recorrida tanto pelos sindicalizados quanto pelos não sindicalizados.

Tabela 14 - Sindicalização x Participação

Independente de você ser associado/a ou não, você acompanha a atuação do Sindicato ou participa de alguma das seguintes formas?	Sindicalizados	Não Sindicalizados	Total
Não acompanho de forma alguma a atuação do Sindicato	14 6,5%	26 22,2%	40 12,1%
Me mantenho informado por meio de boletins ou outras formas de comunicação do Sindicato	143 66,8%	85 72,6%	228 68,9%
Participo de discussões em reuniões e plataformas virtuais do Sindicato	8 3,7%	0 0%	8 2,4%
Participo das assembleias que são convocadas pelo Sindicato	16 7,5%	5 4,3%	21 6,3%
Participo das iniciativas / manifestações organizadas pelo Sindicato	33 15,4%	1 0,9%	34 10,3%
Total	214 100%	117 100%	331 100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Com isso, a fragilidade das relações no campo participativo pode ser apontada como um aspecto que impacta a totalidade da categoria, uma vez que se caracteriza em um modelo de representação onde os trabalhadores assumem um papel passivo na luta sindical. No entanto, retém maior expressividade junto aos não sindicalizados, dando indícios de associações com a adesão à luta sindical.

O conhecimento e a avaliação do trabalho dos dirigentes sindicais são também aspectos que denotam associações com a sindicalização (Tabela 16). Presumindo que os trabalhadores sindicalizados possuem maior identificação com o Sindicato, o conhecimento e a confiança no trabalho da entidade são mais evidentes (64,8%), ainda que quase 20% do grupo afirme não acompanhar o trabalho da entidade mesmo conhecendo os dirigentes.

Entre os trabalhadores não sindicalizados há perceptível desconhecimento sobre quem são os diretores sindicais (32,5%) e indiferença em relação ao trabalho destes na empresa (30%), o que indica que a sindicalização não deve prescindir da presença e da organização sindical no local de trabalho. Importante ressaltar que a desconfiança quanto ao trabalho do sindicato não é um aspecto que se coloca relevante, tanto entre sindicalizados e não sindicalizados, uma vez que *conhecer*,

mas desconfiar do trabalho dos dirigentes foi a opção menos recorrida por ambos os grupos.

Tabela 15 - Sindicalização x Avaliação dos Dirigentes Sindicais

Qual o seu conhecimento e avaliação sobre a atuação do Sindicato por meio dos dirigentes sindicais?	Sindicalizados	Não sindicalizados	Total
Conheço os dirigentes e confio no trabalho deles	140 64,8%	37 30,8%	177 52,7%
Conheço os dirigentes, mas não confio no trabalho	13 6%	8 6,7%	21 6,3%
Conheço os dirigentes, mas não acompanho o trabalho deles	41 19%	36 30%	77 22,9%
Não conheço os dirigentes do sindicato	22 10,2%	39 32,5%	61 18,2%
Total	216 100%	120 100%	336 100%

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

A análise das duas variáveis que compõem as observações quanto à participação revelam que, de modo geral, o modelo de representação do sindicato não proporciona incentivo a uma vida sindical ativa. Os trabalhadores não sindicalizados apontam com maior ênfase este problema, pois não configuram os espaços de participação da entidade e não percebem, ou fazem pouca questão de perceber, a presença do Sindicato no local de trabalho. Apesar dos sindicalizados mostrarem maior apreço pela luta sindical, o que fica evidente na afirmação de que conhecem e confiam no trabalho dos dirigentes sindicais, a participação se limita à observação e apreensão das informações repassadas pela entidade.

5.2 A IDEOLOGIA NA BASE DO STIMMMEC

Para verificar a posição ideológica dos trabalhadores, a investigação abriu o quarto eixo de perguntas com uma escala Esquerda-Direita, onde os extremos se compreendem na mediação 0 (esquerda) e na medição 10 (direita). Apesar da polarização política que se instalou no Brasil a partir de 2015 e tomou maior força após as eleições de 2018, não se verifica na base do STIMMMEC tendência expressiva de identificação com a ideologia política da direita e da extrema direita, visto que a média geral da escala Esquerda – Direita utilizada na investigação é igual a 4,35 (Tabela 17).

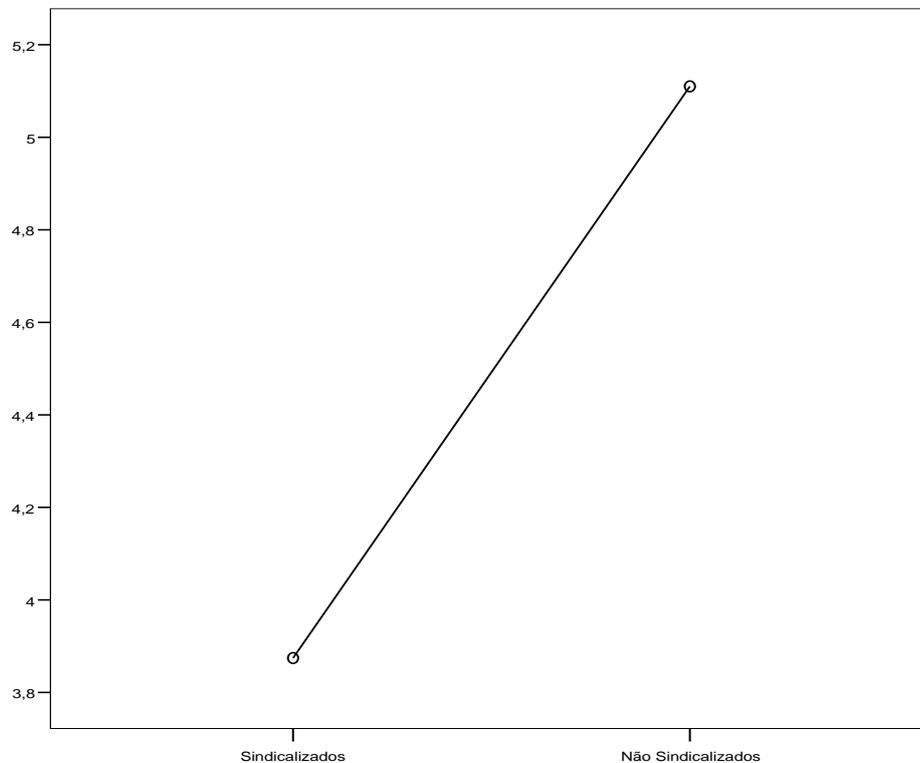
Tabela 16 - Sindicalização x Ideologia.

Na política se fala geralmente de “esquerda” e “direita”. Numa escala onde “0” é a “esquerda” e “10” é a “direita”, onde você se localiza?	Média
Sindicalizados	175 3,87
Não Sindicalizados	109 5,11
Total	284 4,35

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Entretanto, em uma análise entre os grupos (Gráfico 3) se verifica que os sindicalizados possuem maior inclinação à ideologia de esquerda, inclusive com muitas respostas localizadas no extremo da escala. Já os trabalhadores não sindicalizados se encontram mais ao centro da escala, em uma média geral que pouco ultrapassa o ponto médio da mensuração.

Gráfico 3 - Sindicalização x Ideologia



Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Ainda que não se verifique um posicionamento de extrema direita entre os trabalhadores, os impactos dos ideais neoliberais se evidenciam quando investigadas as percepções a respeito das negociações coletivas. Neste campo há um posicionamento bastante difuso entre os não sindicalizados (Tabela 18). Algumas afirmações apresentadas na enquete mostram que estes são mais propensos à individualização de negociações, visto que concordam em menor escalada (3,42) com a afirmação de que “*negociações coletivas trazem mais benefícios do que uma negociação individual*” e em maior escala (2,63) com a afirmação “*Nada pode intervir no meu direito de negociar individualmente*”. No entanto, concordam mais (3,90) com a afirmação de que “*Negociações Coletivas devem ser realizadas para todos da categoria, independente de serem associados ou não ao Sindicato*”.

Tabela 17 - Sindicalização x Negociações Coletivas

	Sindicalizados (Média)	Não Sindicalizados (Média)	Total (Média)
Negociações Coletivas trazem mais benefícios do que uma negociação individual. (escala onde “0” é a Não Concordo e “5” é Concordo Completamente)	192 3,82	101 3,42	293 3,68
Negociações Coletivas devem ser realizadas apenas para trabalhadores sindicalizados. (escala onde “0” é a Não Concordo e “5” é Concordo Completamente)	164 1,93	98 1,03	262 1,59
Na prática, Negociações Coletivas não estão abrangendo problemas específicos. (escala onde “0” é a Não Concordo e “5” é Concordo Completamente)	154 2,24	88 2,34	242 2,28
Negociações Coletivas devem ser realizadas para todos da categoria, independente de serem associados ou não ao Sindicato. (escala onde “0” é a Não Concordo e “5” é Concordo Completamente)	175 3,59	100 3,90	275 3,71
Nada pode intervir no meu direito de negociar individualmente. (escala onde “0” é a Não Concordo e “5” é Concordo Completamente)	136 2,12	92 2,63	228 2,32

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

Neste cenário, se percebe que os trabalhadores não sindicalizados possuem uma identificação política distinta dos sindicalizados, o que por si só denota associações com a sindicalização. Os posicionamentos mais individualistas estão em sintonia com o discurso de liberdade e desburocratização das relações de trabalho difundido pelos defensores da Reforma Trabalhista de 2017, política que o Sindicato tem combatido intensamente nos últimos anos.

No entanto, é interessante perceber e necessário destacar que o posicionamento dos trabalhadores menos afeitos à coletividade tem forte relação com o discurso neoliberal e pouco com a prática e a vivência no campo do trabalho. Isso porque a representação sindical prescinde da sindicalização, uma vez que os sindicatos são obrigados a negociar coletivamente para todos os trabalhadores da categoria que representam. Logo, se presume que entre os participantes da investigação, é rara, para não dizer inexistente, a experiência de negociações individuais, tanto que, apesar de discordarem que as negociações coletivas são mais benéficas, parecem não desejar abrir mão deste modelo de negociação quando afirmam em maior grau que estas devem abranger sindicalizados e não sindicalizados.

Por fim, e de maneira a reforçar o que vem se afirmando a respeito das associações entre sindicalização e ideologia, se percebe que os trabalhadores não sindicalizados refutam em maior grau as relações do Sindicato com a política. Na escala de concordância que vai de 0 a 5, eles apontam com uma média de 2,94 sobre a afirmação de que o Sindicato *“deve participar de discussões políticas locais e nacionais”*, e com média ainda menor (2,64) na afirmação de que a entidade *“deve informar os trabalhadores sobre a conjuntura política”* (Tabela 19). Ainda, relatam maior concordância sobre as afirmações de que *“o posicionamento político atrapalha a luta do Sindicato”* e de que a entidade é distante do trabalhador.

Tabela 18 - Sindicalização x Percepção sobre o Sindicato

	Sindicalizados (Média)	Não sindicalizados (Média)	Total (Média)
Melhora as condições das pessoas que trabalham. (<i>escala onde "0" é a Não Concordo e "5" é Concordo Completamente</i>)	188 3,63	107 3,36	295 3,53
Deve participar de discussões políticas locais e nacionais. (<i>escala onde "0" é a Não Concordo e "5" é Concordo Completamente</i>)	164 3,32	99 2,84	263 3,14
Muitas vezes não entendo os sindicalistas quando eles falam. (<i>escala onde "0" é a Não Concordo e "5" é Concordo Completamente</i>)	162 1,77	94 1,66	256 1,73
Deve informar os trabalhadores/as sobre a conjuntura política. (<i>escala onde "0" é a Não Concordo e "5" é Concordo Completamente</i>)	174 3,31	97 2,64	271 3,07
O posicionamento político atrapalha a luta do Sindicato. (<i>escala onde "0" é a Não Concordo e "5" é Concordo Completamente</i>)	166 2,84	95 3,31	261 3,01
Sinto o sindicato distante do trabalhador. (<i>escala onde "0" é a Não Concordo e "5" é Concordo Completamente</i>)	171 2,04	98 2,57	269 2,23

Fonte: Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras do MSI-CUTRS (2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma discussão a respeito da representação sindical da classe trabalhadora em meio ao avanço de políticas e de uma ideologia neoliberal sobre o campo do trabalho foi realizada na presente dissertação, que buscou compreender, a partir de uma análise quantitativa, as razões que tecem o distanciamento entre os trabalhadores e os seus sindicatos de representação, principalmente em meio à crescente precarização das condições para o trabalho no Brasil.

Como hipótese, o estudo considerou que para além dos aspectos conhecidos e problematizados por pesquisas sobre o sindicalismo no Brasil, o impacto do pensamento neoliberal sobre os trabalhadores e trabalhadoras se coloca como um desafio emergente ao movimento sindical, uma vez que fomenta o princípio da individualização e rompe com as possibilidades da organização coletiva. Nesta linha, como afirma GALVÃO (2021), a legislação sindical não vai, por si só, resolver o problema da organização e da mobilização, razão pela qual o enfrentamento político ideológico deve integrar de forma imediata a agenda de estratégias do movimento sindical no país.

Para aferir a hipótese, foi empreendida uma investigação operária, no modelo do clássico inquérito formulado por Karl Marx em 1880, que se fundamenta como um tipo de pesquisa explicitamente associada a uma ação política (THIOLLENT, 1985), e que permite o acesso ao local de trabalho e o contato direto com as pessoas envolvidas na investigação. O propósito era não somente coletar informações e impressões dos trabalhadores sobre o movimento sindical, mas também, fazer com que os sindicalistas desempenhassem a investigação junto às suas bases, como uma ação político sindical de aproximação com as categorias. Isso porque, como apontam Fernanda Carvalho; Jonas Bicev (2021), se constata nos dias atuais um crescente distanciamento entre o perfil dos diretores sindicais e o dos demais trabalhadores e trabalhadoras, o que sugere a falta de renovação no quadro diretivo dos sindicatos, bem como um possível impacto na identificação com estas lideranças sindicais, ocasionando distanciamento da luta sindical.

Como brevemente descrito nos caminhos metodológicos da presente dissertação, a investigação correu com limitações na maioria dos sindicatos que integram o grupo do MSI-CUTRS, comprovando as dificuldades atuais de empreender um trabalho junto às bases. Dificuldades estas que se dão por razões

organizacionais, de adesão à proposta ou até mesmo pelas limitações no uso de ferramentas tecnológicas, uma vez que o questionário foi formulado no modelo impresso e virtual. Porém, como apontado, a insuficiência de dados mais robustos de todo o grupo não comprometeu a proposta da investigação, pelo contrário, convoca à uma necessária reflexão sobre as dificuldades contidas na base no movimento sindical para pôr em prática um discurso bastante difundido pelas cúpulas.

O êxito da investigação junto aos trabalhadores e trabalhadoras representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita (STIMMEC) permitiu avançar com a dissertação para uma análise quantitativa, a partir de uma amostra integrada por 359 questionários.

Os dois primeiros eixos da investigação traçaram características relacionadas ao perfil socioeconômico dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como as condições nas quais estão sujeitos ao trabalho, incluindo-se a renda. A descrição estatística dos dados findou por revelar que na base do Sindicato estão mantidos aspectos mais tradicionais do perfil do trabalhador metalúrgico, considerando a predominância da mão de obra masculina, de idade avançada, empregada nas tarefas de produção sob o regime de contratação da CLT, dando indícios de que se mantém de forma significativa a proteção da legislação nos contratos de trabalho, apesar de reduzida pelas mudanças resultantes da Reforma Trabalhista. A presença reduzida e a distribuição heterogênea do trabalho feminino na base do Sindicato também indicam que as mulheres podem ser prejudicadas pela representação sindical caso o Sindicato atenda à lógica do perfil predominante, ou seja, se orientando com maior atenção aos homens e ao campo da produção.

A presença mais expressiva deste perfil de trabalhador pode também tornar imperceptível o avanço das transformações no campo laboral, que, como afirma Galvão (2021), não atinge apenas os setores tipicamente vulneráveis, como cada vez mais mostra uma tendência de crescimento, principalmente da informalidade, nos setores formais e femininos. A presença minoritária das mulheres e dos jovens trabalhadores nos postos formais do setor metalúrgico, considerando o recorte analítico posto sobre o Sindicato de Canoas e Nova Santa Rita, é um aspecto que dialoga com as afirmações da autora, uma vez que as atividades com menor proteção na indústria são tipicamente femininas, como a limpeza e a alimentação (refeitórios), setores frequentemente assumidos pelo trabalho terceirizado.

Porém, o atravessamento da informalidade na base do sindicato não se detém aos formatos de contratação com direitos e proteção rebaixados. Percebe-se, a partir da observação das variáveis que versam sobre a renda, evidente rebaixamento do poder aquisitivo dos trabalhadores, que relatam dificuldades em organizar o orçamento, mesmo quando este é composto com os ganhos dos demais familiares. O surgimento de atividades extras, ainda que muito sutil entre os participantes da investigação, evidencia o rebaixamento das condições econômicas, questão que vem sendo sanada com a realização de atividades informais, como as mencionadas na investigação: artesanato, manutenção e conserto de computadores, frete, freelancer de website, instalações elétricas, motoboy, motorista de aplicativo, pedreiro, revenda de semijoias e roupas, entre outros. Considerando o trabalho na indústria, desde a produção até a administração, presume-se que a grande maioria das atividades extras informadas são realizadas fora do horário de trabalho, o que pode acarretar em jornadas extenuantes que prejudicam a capacidade do trabalhador de exercer funções privadas e sociais.

Apesar de estarem se apresentando de forma mais lenta, as transformações sobre o campo regulado do trabalho estão ocorrendo, como mostra a investigação sobre a base do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita (STIMMMEC). Os aspectos levantados a partir dos dois primeiros eixos da enquete evidenciam não só estas mudanças, como também as suas consequências, como o rebaixamento das condições de vida na categoria, questão que aguça ainda mais a problemática do estudo a respeito da falta de organização junto à luta sindical e que começa a revelar alguns indícios com a sequência da investigação nos dois últimos eixos.

Em uma análise sobre o fenômeno da sindicalização, à qual se dedica um capítulo específico no estudo, foram apontadas as associações contidas na relação do Sindicato com os trabalhadores sindicalizados e os não sindicalizados. O cruzamento com as variáveis de gênero, raça e escolaridade não revela associações determinantes à decisão de aderir ou não à luta sindical, uma vez que o percentual dos homens, dos trabalhadores autodeclarados brancos e daqueles com ensino médio como instrução escolar nivelam o perfil na categoria e possuem relação positiva com a sindicalização na amostra do STIMMMEC.

Porém, a presença crescente das mulheres no mercado de trabalho formal também denota um crescimento gradativo nas taxas de sindicalização, como aponta

o levantamento realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2020. A amostra do Sindicato acompanha o fenômeno, uma vez que o percentual de mulheres sindicalizadas é superior ao de homens sindicalizados, mostrando que a presença crescente do trabalho feminino vem induzindo a busca por espaços de organização, de forma a equalizar as condições para o trabalho, que no Brasil se colocam amplamente desiguais entre homens e mulheres.

Com associações em relação à sindicalização, a idade dos participantes da investigação aponta para um envelhecimento do quadro associativo do Sindicato. Em média, os trabalhadores com 42 anos de idade se mostram mais propensos à sindicalização, na medida em que os mais jovens, com média de 36 anos, não encontram motivações para se sindicalizar. Superior à média geral de idade dos trabalhadores, fixada entre 39 (RAIS) e 40 anos (Amostra), a sindicalização dos veteranos pode estar relacionada à maior identificação com o perfil dos dirigentes sindicais, que como apontam Fernanda Carvalho; Jonas Bicev (2021), possui uma tendência etária de envelhecimento desde o início dos anos 90, se acentuando nas análises mais recentes, que também apontam para a redução dos jovens no quadro diretivo dos sindicatos. Por óbvio, devem ser considerados e estudados outros aspectos que dão indícios à falta de motivação à sindicalização entre os jovens, como, por exemplo, os sentidos e as expectativas em relação ao trabalho, assim como os impactos da rotatividade – constante troca de emprego - entre a juventude, questões que fogem do alcance desta análise, mas que devem incentivar os sindicalistas a aprofundar as investigações sobre o tema.

A predominância de sindicalizados nas áreas de produção em detrimento a alta de não sindicalizados nos setores de gerência e administração das empresas também releva que o setor de atuação é determinante para a decisão de se sindicalizar. Ainda que na categoria metalúrgica exista uma cultura operária fortemente relacionada ao chão de fábrica, há uma notável expansão e diversificação do trabalho e dos trabalhadores dentro da administração das empresas. Porém, como ressalva Ricardo Antunes (2020) estes segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolvem mais próximos do avanço tecnológico-informacional-digital, são os que vivenciam um sistemático processo de manipulação e “envolvimento” no interior do espaço de trabalho, o que de certo modo justifica a dificuldade de penetração do sindicato para convencimento e sindicalização.

Ainda assim, importante destacar que o STIMMEC empreendeu no ano de 2021, em meio à pandemia da COVID-19, uma ação de aproximação com estes setores em razão do aumento de trabalho na modalidade *Home Office*. A modalidade de trabalho teve aumento expressivo de menções nas mesas de negociações coletivas, como apontou nota técnica do Dieese divulgada em abril de 2021. Na época, o Sindicato elaborou uma pesquisa de sondagem sobre as condições do trabalho remoto e o impacto na renda dos trabalhadores (CARBONAI; GARRIDO, 2022). Para além dos dados que foram levantados e utilizados na mesa de negociações da Campanha Salarial, e que contribuíram para a derrubada de uma proposta pouco vantajosa aos trabalhadores, o trabalho de investigação do Sindicato revelou a efetividade da inclusão de novas abordagens e ferramentas para a participação.

Uma vez convidados a relatar sobre as condições nas quais estavam sujeitos a trabalhar, os trabalhadores aderiram de forma significativa à pesquisa, que ocorreu por meio de uma plataforma virtual, facilitando a mobilização, o contato e a captação de informações. Assim, entende-se que, apesar da influência das ideias que individualizam as relações, o Sindicato pode e deve incentivar com maior empenho a participação coletiva nestas áreas através de novas abordagens e ferramentas.

As observações sobre os conceitos de participação e ideologia finalizam as análises sobre a sindicalização e revelam importantes associações com a decisão de adesão à luta sindical, como sugere a hipótese desta dissertação. Uma vez sindicalizados, os trabalhadores se mostram mais inclinados a participar das atividades propostas pela entidade e demonstram maior conhecimento sobre a atuação do sindicato. Também, a investigação revela que entre os sindicalizados há maior identificação com a ideologia de esquerda, compatível com as posições políticas do Sindicato e com o princípio de coletividade.

De todo modo, é preciso apontar que a participação ocorre predominantemente em formato passivo, tanto entre sindicalizados quanto entre não sindicalizados, uma vez que se dá em maior grau a partir das informações que são captadas através dos jornais e boletins informativos, bem como nas redes sociais e demais plataformas virtuais da entidade. Mesmo com a oferta de atividades no formato remoto, principalmente no período da pandemia da COVID-19, tal opção foi a menos recorrida entre ambos os grupos, mostrando que a fragilidade das relações no campo participativo é um aspecto que impacta a totalidade da categoria e indica

que a baixa participação orgânica dos trabalhadores permanece como traço marcante do sindicalismo.

Ao aprofundar para uma avaliação quanto ao trabalho dos dirigentes sindicais, se notou que a ausência nos locais de trabalho também é uma característica que atravessa as percepções na base, de forma mais acentuada junto aos não sindicalizados, que afirmam com maior ênfase não conhecer e/ou não acompanhar o trabalho do sindicato dentro da empresa. Como apontado nas observações da análise, a falta de confiança no Sindicato não é um aspecto expressivo entre os participantes, o que reforça o entendimento de que a presença e a organização nos locais de trabalho são fatores determinantes e imprescindíveis para o trabalho de divulgação e fortalecimento da luta sindical que, apesar das dificuldades, aparenta não ter caído na descrença ou na desconfiança da classe trabalhadora.

O posicionamento ideológico dos trabalhadores, medido através de uma escala Esquerda-Direita, dá indícios de que, apesar da polarização política que tomou maior força em 2018 com as eleições presidenciais, o movimento não resultou em inclinação significativa dos trabalhadores à ideologia de extrema-direita. Na medida em que os sindicalizados se alinham em maior grau com as posições do Sindicato, os não sindicalizados se alocam mais ao centro da escala, em um claro posicionamento de neutralidade, ou negação, em relação a qualquer identificação com o campo político. Porém, ao aprofundar as análises do conceito, os impactos da ideologia neoliberal sobre o campo do trabalho restam evidentes, principalmente a partir do princípio de coletividade, antagônico à individualização pregada pela Reforma Trabalhista.

A questão que versa sobre as negociações coletivas mostra que os não sindicalizados possuem maior propensão à individualização das relações de trabalho. Porém, se trata de uma posição ideológica discursiva, na medida em que tem maior ligação com as ideias propagadas do que com a prática, considerando que o modelo de representação sindical brasileiro tem caráter universal e independe da sindicalização. Na mesma linha, o rechaço sobre o posicionamento e as relações políticas do Sindicato vem a complementar esta visão, mostrando que o desafio dos sindicatos, apesar de não ser uma novidade, se complexifica sobre o tema da ideologia, na medida em que esta passa a operar de forma mais intensa dentro do projeto político de desmonte do trabalho no Brasil.

Em uma visão geral sobre os resultados da investigação, se pode afirmar que as constatações que se apresentaram a partir da observação direta e do cruzamento entre as variáveis se mostram ricas para a formulação de um trabalho mais estratégico, como, por exemplo, as campanhas de sindicalização, que são fundamentais no fortalecimento das bases sindicais. Na base do Sindicato, é possível pensar que uma campanha efetiva para angariar novos sócios deve avançar sobre o perfil de ação sindical atrelado ao trabalho masculino, executado por trabalhadores veteranos predominantemente nos setores de produção, que é também o perfil do quadro de associados. Apesar de não apresentar associações com a sindicalização, o gênero requer uma atenção maior do sindicato, pois possui relação com o setor administrativo, onde são constatadas dificuldades de inserção do trabalho sindical. A realidade dos jovens trabalhadores também deve integrar o campo das estratégias, pois possivelmente não estão a se identificar com uma cultura sindical antiquada, ainda espelhada em velhas práticas.

Para uma execução eficiente de qualquer ação sindical, a investigação aponta que a presença no local de trabalho é aspecto indispensável e insubstituível, uma vez constatado que os formatos de participação virtual podem até ser efetivos para mobilizações específicas, como no caso do trabalho *Home Office*, mas não motivam os trabalhadores a uma participação mais ativa no geral das atividades propostas pelo Sindicato, tampouco induzem à sindicalização. Logo, a presença e a organização no interior das empresas deve ser prioridade do Sindicato, obviamente, sem deixar de utilizar as novas ferramentas digitais que contribuem para fortalecer o conhecimento e a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por fim, a disputa ideológica permanece desafiando o movimento sindical, assim como se constata desde a formação da classe operária discutida por Leôncio Martins Rodrigues (2009). Hoje intensificados, os aspectos ligados à ideologia neoliberal foram internalizados pelos trabalhadores, em especial os não sindicalizados, confirmando os apontamentos empreendidos por Andréia Galvão (2021) sobre o necessário enfrentamento na dimensão político-ideológica, a partir da politização das pautas sindicais. Neste aspecto, coloca-se como fundamental o trabalho mais amplo do Macrossetor da Indústria da CUTRS, capacitando os sindicalistas para o diálogo junto às bases.

REFERÊNCIAS

ADASCALITEI, Dragos; PIGNATTI MORANO, Clemente. Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium. **IZA Journal of Labor Policy**, v. 5, n. 1, p. 1-32, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40173-016-0071-z>. Acesso em: 15 Set. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ªEd. Boitempo, 2020.

_____. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2ª Ed. Boitempo, 2020.

BOITO, Armando Jr. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. 1ªEd. Ed. Paz e Terra, 1991.

_____. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos no PT**. Campinas, SP. Editora da Unicamp / São Paulo, SP. Editora Unesp, 2018.

CAMPOS, André Gambier. **Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rio de Janeiro, 2016.

CARVALHO, Fernanda Forte de; BICEV, Jonas Tomazi. CUT: Perfil dos dirigentes e resposta sindical frente à reforma trabalhista. **Sociologias [online]**. v. 23, n. 58, pp. 268-294, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-110760>>. Acesso em: 15 Mar. 2022.

COOK, Maria Lorena. **The Politics os Labor Reform in Latin America: Between Flexibility na Rights**. The Pennsylvania State University. 2007

CORDEIRO, Luisa Fernandes. A dualidade do trabalho no modo de produção capitalista: impactos da reestruturação produtiva na subjetividade e na organização da classe trabalhadora. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.

COSTA, Graça. Por um novo sindicato. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). **In: Site Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar**, 06 Agosto 2021. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/90660-por-um-novo-sindicato>. Acesso em: 15 Mar. 2022.

DIESSE. Nota Técnica – nº255. A negociação coletiva do home office. In: Site Diesse, 12 Abr. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec255HomeOffice.html>. Acesso em: 30 Jul. 2022.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

FIGUEIREDO-FILHO, D.B. **Métodos quantitativos em ciência política**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GALVÃO, A. Desafios político-ideológicos e organizativos para o sindicalismo do futuro. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, Campinas, SP, v.3, n.00, p.e021013, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/15955>. Acesso em: 26 ago. 2022.

GALVÃO, A.; CASTRO, B.; DARI KREIN, J.; OLIVEIRA TEIXEIRA, M. REFORMA TRABALHISTA: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, p. 253–269, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/30691>. Acesso em: 22 set. 2022.

GARRIDO, Rita Correa; CARBONAI, Davide. Home Office na Indústria: A Enquete Operária como ferramenta de diálogo para a representação fora do campo fabril. *Estudios Históricos*. Uruguai. Ano XIV. nº27. 2022. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/27/eh2708.pdf>. Acesso em: 15 Jul. 2022.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

LIMA, Francisco Géerson Marques de. Sindicatos em números: reflexões pontuais sobre o sindicalismo brasileiro após 2017. In: Excola – produção Acadêmica/Artigos, 19.08.2022. Disponível em <https://www.excolasocial.com.br/sindicatos-em-numeros-reflexoes-apos-2017/>. Acesso em: 15 Mai. 2022.

LÚCIO, Clemente Ganz. A reforma das relações sindicais volta ao debate no Brasil. **Estudos Avançados [online]**, v. 34, n. 98, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.009>. Acesso em: 22 Set. 2022.

_____. É urgente gestar o sindicato do futuro; o atual morrerá. In: **Site Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), 25 Ago. 2022.**

Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/89400-e-urgente-gestar-o-sindicato-do-futuro-o-atual-morrera>. Acesso em: 30 Jul. 2022.

MAIA, Bento Antunes de Andrade. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. **Economia e Sociedade [online]**, v. 29, n. 2, p.549-579, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art08>. Acesso em: 8 Set. 2021.

MANGABEIRA, Wilma. **Os dilemas do novo sindicalismo**: democracia e política em Volta Redonda. ANPOCS. Rio de Janeiro, RJ. 1993.

MARCELINO, P.; GALVÃO, A. O sindicalismo brasileiro frente à ofensiva neoliberal restauradora. **Tempo Social**, v. 32, n.1, p.157-182, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/167468>. Acesso em: 10 Ago.

MOREIRA, Élido Martins Costa; CALVETE, Cássio da Silva. “A reestruturação das organizações dos trabalhadores: reforma trabalhista e indústria 4.0” in CALVETE, Cássio da Silva; HORN, Carlos Henrique (org). **“A quarta revolução industrial e a reforma trabalhista”**. 1ª ed. Porto Alegre: CirKula, 2020.

NORONHA, Eduardo G. O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil. **Dados [online]**, v.43, n.2, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000200002>>. Acesso em: 25 Ago. 2022.

OVETZ, Robert. **Workers’ Inquiry and Global Class Struggle**. 1ªed. Londres: Pluto Press, 2021.

PNAD, IBGE. Características adicionais do mercado de trabalho 2019. In: **Site IBGE, 2020**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743_informativo.pdf. Acesso em: 15 Ago. 2022.

POCHMANN, Marcio. Sindicatos precisam ouvir e acolher o trabalhador, no trabalho e na vida, aponta Marcio Pochmann. In: **Site Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT), 25 Ago. de 2022**. Disponível em: <https://cnmcut.org.br/noticias/sindicatos-precisam-ouvir-e-acolher-o-trabalhador-no-trabalho-e-na-vida-aponta-marcio-pochmann-073c>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil. **Revista Katálysis [online]**, v. 25, n. 1, 2022. Disponível

em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e80099>>. Acesso em: 25 Ago. de 2022.

RODRIGUES, L.M. **Industrialização e atitudes operárias**: estudo de um grupo de trabalhadores [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 201p. ISBN: 978-85-7982-022- 9. Available from SciELO Books

_____, L.M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 169 p. ISBN: 978-85-99662-99-1. Available from SciELO Books

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4ª ed. São Paulo: Polis, 1985.

VALDETE, Souto Severo; CARBONAI, Davide. "Reforma trabalhista e retração de direitos no Brasil contemporâneo" In: "**Visioni LatinoAmericane 24 (2021)**". En la órbita del Covid-19", EUT Edizioni Università di Trieste, Trieste, 2021, pp. 27-39.

WOODCOCK, Jamie. The workers' inquiry from Trotskyism to Operaismo: *A political methodology for investigating the workplace*. **Ephemera: theory & politics in organizations**, 14(3) pp. 493–513. Disponível em: <http://www.ephemerajournal.org/contribution/workers%E2%80%99-inquiry-trotskyism-operaismo-political-methodology-investigating-workplace>. Acesso em: 10 Jul. 2022.

**APÊNDICE A - ENQUETE FÍSICA PARA COLETA DE DADOS SOBRE OS
TRABALHADORES E TRABALHADORES DO MACROSETOR DA INDÚSTRIA
DO RIO GRANDE DO SUL**

Identificativo – Bloco 1

1. Qual a sua idade? _____ anos

2. Qual a sua nacionalidade?

3. Com qual gênero você se identifica?

Masculino Feminino

4. Você se autodeclara uma pessoa:

Branca

Preta

Parda

Indígena

Amarela

Não sei responder

5. Qual o seu estado civil?

Solteiro/a

Casado/a ou vivendo uma relação conjugal

Viúvo/a

Separado/a ou Divorciado/a

Outro

6. Quantos filhos você tem?

7. Qual o seu nível de escolaridade?

Analfabeto

1º grau incompleto

1º grau completo

2º grau incompleto

- 2º grau completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduado

8. Você trabalha em qual categoria profissional?

- Metalurgia / Reparação de Veículos
- Celulose, papel e Papelão
- Calçadista
- Alimentação
- Construção Civil
- Moveleiro
- Petroquímico
- Químico

9. Atualmente, em qual empresa você trabalha?

10. Você atua em qual setor da empresa?

- Gerência
- Administração
- Produção (Sobretudo tarefas manuais)
- Produção (Sobretudo tarefas não manuais)

11. Há quanto tempo você trabalha na atual empresa?

12. Em qual cidade está localizada sua empresa?

13. Quantos trabalhadores atuam na empresa?

- Até 19 trabalhadores
- Entre 20 e 99 trabalhadores
- Entre 100 e 499 trabalhadores
- Acima de 500 trabalhadores
- Não sei responder

Condições de Trabalho, Renda e Moradia – Bloco 2

14. Com relação ao seu trabalho, que tipo de contrato você possui?

- Carteira de Trabalho Assinada (Contrato por prazo indeterminado)
- Contrato Temporário
- PJ (Contrato por Pessoa Jurídica)
- Contrato em Tempo Parcial
- Contrato intermitente
- Aprendiz
- Outro

15. Nos últimos meses você trabalhou na modalidade *Home Office* para a empresa?

- Sim, por causa da pandemia
- Sim, sempre trabalhei na modalidade Home Office
- Não, trabalho e trabalhei de forma presencial

16. Quantas horas de trabalho por semana preveem o seu contrato? (Se você não tem um contrato, indique quantas horas você costuma trabalhar).

- Menos de 20h por semana
- Entre 20h e 30h por semana
- Entre 31h e 40h por semana
- Mais de 40h por semana
- Outro: _____

17. Você costuma exceder a sua jornada de trabalho?

- Não. Cumpro apenas as horas previstas em meu contrato de trabalho.
- Sim. Eventualmente trabalho mais horas, que são remuneradas como horas-extras.
- Sim. Eventualmente trabalho mais horas, que não são remuneradas como horas-extras.

18. Você possui outra atividade fora do contrato de trabalho para aumentar sua renda? Se sim, informe qual.

19. Em média, excluindo as alterações devidas à pandemia, qual é a sua receita líquida do trabalho por mês?

- Menos de 500 reais
- De 500 a 1.000 reais
- De 1.001 a 1.500 reais
- De 1.501 a 2.000 reais
- De 2.001 a 2.500 reais
- De 2.501 a 3.000 reais
- De 3.001 a 3.500 reais
- Mais de 3.500 reais
- Eu não sou pago
- Outro:

20. Para o sustento da sua família, a renda total é:

- Única, pois sou o único/única provedor/a de renda da casa
- Conjunta com a de meu/minha cônjuge
- Conjunta com a de meu(s) filho(s) e filha(s)
- Conjunta com a de meu/minha cônjuge e filhos
- Conjunta com a de meus pais
- Conjunta com vários familiares (cônjuge, filhos, pais, outros)
- Outro:

21. Somando a sua remuneração com a das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)

- Menos de 1000 reais
- De 1.000 a 2.000 reais
- De 2.001 a 3.000 reais
- De 3.001 a 4.000 reais
- De 4.001 a 5.000 reais
- De 5.001 a 6.000 reais
- De 6.001 a 7.000 reais
- Mais de 7.000 reais

22. Com base na renda total de sua família, pontue de 0 a 5 o nível de satisfação em relação à organização do seu orçamento. (0 = Nada Satisfeito / 5 = Muito Satisfeito)

- | | |
|---|-------------------------|
| 1. Sustento próprio e de sua família. | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 2. Realização de uma boa alimentação. | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 3. Práticas de lazer (viagens, passeio, esportes, leituras...) | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 4. Economia de dinheiro (poupança, investimentos e Aplicações). | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |

23. A casa em que você mora é:

- Propriedade de sua família e você está pagando o financiamento
- Propriedade de sua família e está quitada
- Um imóvel alugado
- Um imóvel adquirido por meio de um programa habitacional
- De um conhecido / familiar do qual sou convidado
- Outro: _____

24. Avaliando os últimos 5 (cinco) anos, você compreende que sua condição de vida:

- Melhorou
- Ficou estável
- Piorou
- Não sei responder

25. Em relação à aposentadoria, com qual das afirmações abaixo você mais se identifica hoje?

- Vou me aposentar e parar definitivamente de trabalhar
- Vou me aposentar e continuar trabalhando, pois necessito
- Não tenho vontade de me aposentar e nunca terei
- Acho que nunca vou conseguir me aposentar

26. Você é associado a um Sindicato?

- Sim
- Sim, mas pretendo cancelar minha afiliação
- Não, mas quero me afiliar
- Não, mas já estive no passado
- Não, e não quero me afiliar

Representação Sindical – Bloco 3

27. Caso não seja associado ou esteja pensando em se desassociar, informe qual/quais motivos abaixo te motivam a ter este posicionamento. (Verifique cada item, pois você pode marcar mais de uma opção).

- Não é útil
- Eu não acho que vou ficar muito tempo na ocupação atual
- Eles são muito ideológicos
- Eles têm políticas moderadas
- Eles fazem pouco pela minha condição
- Temo riscos de retaliação
- Ninguém me pediu para me inscrever
- Custa muito
- Não acredito em formas de representação sindical
- Outro:

28. Independente de ser associado/a ou não, você acompanha a atuação do Sindicato ou participa de alguma das seguintes formas? (Você pode marcar mais de uma opção).

- Não acompanho de forma alguma a atuação do Sindicato
- Me mantenho informado por meio de boletins ou outras formas de comunicação do Sindicato
- Participo de discussões em reuniões e plataformas virtuais do Sindicato
- Participo das assembleias que são convocadas pelo Sindicato
- Participo das iniciativas / manifestações organizadas pelo Sindicato

29. Há dirigentes do sindicato que trabalham na sua empresa?

- Sim
- Não
- Não sei

30. Qual o seu conhecimento e avaliação sobre a atuação do Sindicato por meio dos dirigentes sindicais?

- Conheço os dirigentes e confio no trabalho deles
- Conheço os dirigentes mas não confio no trabalho
- Conheço os dirigentes mas não acompanho o trabalho deles
- Não conheço os dirigentes do sindicato

31. Além dos sindicatos, o movimento sindical é composto por Centrais, Confederações e Federações Marque abaixo quais destas instâncias você conhece / acompanha as atividades. (Você pode marcar mais de uma opção)

- Central Única dos Trabalhadores (CUT Brasil)
- Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT-RS)
- Confederação da minha categoria
- Federação da minha categoria

32. Com relação a NEGOCIAÇÕES E ACORDOS, o quanto você concorda com as seguintes afirmações:

(X = sem opinião / 0 = Não concordo / 5 = Concordo completamente)

- | | |
|--|---|
| Negociações Coletivas trazem mais benefícios do que uma negociação individual | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| Negociações Coletivas devem ser realizadas apenas para trabalhadores sindicalizados | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| Na prática, Negociações Coletivas não estão abrangendo problemas específicos | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| Negociações Coletivas devem ser realizadas para todos da categoria, independente de serem associados ou não ao Sindicato | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| Nada pode intervir no meu direito de negociar individualmente | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |

33. Com relação ao SINDICATO, o quanto você concorda com as seguintes afirmações:

(X = Não sei opinar / 0 = Não concordo / 5 = Concordo completamente)

- | | |
|--|---|
| 1. Melhora as condições das pessoas que trabalham | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 2. Deve participar de discussões políticas locais e nacionais | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 3. Muitas vezes não entendo os sindicalistas quando eles falam | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 4. Deve informar os trabalhadores/as sobre a conjuntura política | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 5. O posicionamento político atrapalha a luta do Sindicato | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 6. Sinto o sindicato distante do trabalhador | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |

34. O quanto você confia em buscar ajuda do sindicato nos seguintes temas:

(X = Não sei opinar / 0 = Não confio / 5 = Confio completamente)

- | | |
|--|---|
| 1. Não cumprimento de direitos trabalhistas | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 2. Más condições de trabalho | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 3. Machismo por parte dos colegas e chefias | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 4. Racismo por parte dos colegas e chefias | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| 5. Discriminação de gênero por parte dos colegas e chefias | <input checked="" type="checkbox"/> [0] [1] [2] [3] [4] [5] |

Cultura Política / Consumo Cultural – Bloco 4

35. Na política se fala geralmente de “esquerda” e “direita”. Numa escala onde “0” é a “esquerda” e “10” é a “direita”, onde você se localiza?

Esquerda [0] [1] [2] [3] [4] [5] [6] [7] [8] [9] [10] Direita

36. O quanto você confia nas instituições / entidades listadas abaixo:

(0 = Não confio / 5 = Confio completamente)

- | | |
|------------------------------|-------------------------|
| Governo Federal | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| Congresso Nacional | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| Partidos Políticos Nacionais | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| Sindicatos | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| Militares | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| Igreja | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |

37. Geralmente, você participa de reuniões e atividades de alguma organização ou movimento coletivo? (pode marcar mais de uma opção)

- Partido político
- Associação de bairro
- Associação cultural (animalista, teatro, etc)
- Sindicato
- Igreja
- Movimentos Populares / Sociais
- Orçamento participativo
- Outras associações / movimentos
- Não participo de nenhuma organização

38. Sobre o seu consumo de notícias, o quanto você utiliza os meios listados abaixo para se informar sobre política?

(0 = Não utilizo / 1 = Utilizo pouco / 5 = Utilizo muito)

- | | |
|---|-------------------------|
| <input type="checkbox"/> Facebook | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| <input type="checkbox"/> Whatsapp (grupos e listas de transmissão) | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| <input type="checkbox"/> Youtube (vídeos) | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| <input type="checkbox"/> Twitter (seguindo perfis e contas) | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| <input type="checkbox"/> Portais de notícias de grandes jornais regionais e nacionais | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| <input type="checkbox"/> Portais de notícias independentes | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| <input type="checkbox"/> Portais de notícias dos Sindicatos, Federações e Centrais | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| <input type="checkbox"/> Jornais e revistas impressos | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| <input type="checkbox"/> Jornais impressos do Sindicato, Federações e Centrais | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| <input type="checkbox"/> Noticiários na televisão | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |
| <input type="checkbox"/> Rádio | [0] [1] [2] [3] [4] [5] |

39. O sindicato tem recursos limitados, mas pode se empenhar em divulgar assuntos diversos em seus canais de comunicação. Dentre os temas listados abaixo, ESCOLHA OS TRÊS que você considera mais relevantes.

- Condições de trabalho
- Diversidade de Gênero
- Feminismo
- Meio Ambiente
- Negociações Coletivas
- Política partidária
- Questões eleitorais
- Racismo

40. Familiares, amigos e internet são alguns grupos e meios que podem nos influenciar na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos. Na sua visão, da lista abaixo, quais te influenciam mais?(MARQUE DUAS OPÇÕES)

- Familiares
- Igreja
- Sindicatos
- Amizades
- Internet

Rádio / Televisão / Jornais Impressos

Outro:

41. Se desejar, você pode deixar abaixo sua reflexão ou comentário sobre os tópicos do questionário.